

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- Aos vinte e seis dias do mês de Setembro de dois mil e oito, nesta Vila de Coruche, Paços do Concelho e Sala das Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em Sessão Ordinária, cuja Mesa era composta pela sua Presidente Fernanda Maria Ferreira de Carvalho Pinto, pela Segunda Secretária Célia Maria Azevedo Reis, desempenhando funções de Primeira Secretária e pelo Vogal Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia de Fajarda) que foi convidado a desempenhar funções de Segundo Secretário (Coligação Democrática Unitária). ----

----- Verificou-se a presença dos seguintes Vogais: -----

----- Luisa Pinheiro Portugal, José João Henriques Coelho, Filipe Claro Justino, Isabel Maria Bernardina Ferreira, António Gomes de Jesus, Ernesto Cordeiro, Mário Alberto Bruno Portela Freitas Boieiro e Artur Fernando Salgado (Partido Socialista). -----

----- Manuel Santos Coelho, Armando Rodrigues, Rui Miguel Friezas Aldeano, Valter Peseiro Jerónimo e Diamantino Marques Ramalho (Coligação Democrática Unitária). -----

----- Pedro José Lopes Boiça e Francisco Artur Gomes Gaspar (Partido Social Democrata). ----

----- Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia de Biscainho - Coligação Democrática Unitária), Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia de Branca - Coligação Democrática Unitária), Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche - Partido Socialista), Mário Isidro das Neves Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Erra - Partido Socialista), Joaquim Gonçalves Banha (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista) e António Vaz da Venda (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista). -----

----- Não estavam presentes o Primeiro Secretário, Fernando Aníbal Serafim (Coligação Democrata Unitária) e os seguintes Vogais: Clara Sofia Peseiro Mocinho (Coligação Democrática Unitária), Mara Lúcia Lagriminha Coelho (Partido Socialista), Maria de Fátima Franco Elvas Ferreira Bento (Partido Social Democrata) e Luís Alberto Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Couço - Coligação Democrática Unitária).-----

----- A Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes **pedidos de ausência à presente Sessão e respectivas substituições**, de conformidade com os Artigos 78º e 79º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Primeiro Secretário, Fernando Aníbal Serafim, fez-se substituir por José Francisco Carço, membro a seguir na lista da Coligação Democrática Unitária, por impossibilidade da presença de Rui Manuel Borlinhas Afeiteira e Valter António Pereira Barroca. -----

----- Vogal Maria de Fátima Franco Elvas Ferreira Bento, fez-se substituir por António da Piedade Justino Dias, membro a seguir na lista do Partido Social Democrata.-----

----- Vogal Clara Sofia Peseiro Mocinho, far-se-ia substituir por José Manuel Cardoso de Carvalho, membro a seguir na lista da Coligação Democrata Unitária, por impossibilidade de Inês de

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

Jesus Marques Cardoso, no entanto, não pode estar presente. -----

----- Vogal Mara Lúcia Lagriminha Coelho, fez-se substituir por José Dionísio, membro a seguir na lista do Partido Socialista, por impossibilidade da presença de Maria Eulália Medinas Relvas Pereira Faustino, o qual só compareceu durante o decorrer dos trabalhos. -----

----- Encontrando-se presentes os membros José Caroço e António Dias, foram pela Presidente da Assembleia convidados a tomar o cargo de Vogal.-----

----- Verificado o quorum, com a presença de vinte e seis membros, a Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão às vinte e uma horas e dez minutos, com a seguinte **Ordem do Dia**:-----

----- **Ponto Um - Designação de Um Representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Director Municipal de Coruche** -----

----- **Ponto Dois - Apreciação e Votação da Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis para 2009**-----

----- **Ponto Três - Apreciação e Votação do Pedido de Benefícios Fiscais ao Investimento Nestlé Waters Direct Portugal - Comércio e Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.** ----

----- **Ponto Quatro - Apreciação e Votação da Proposta de Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**-----

----- **Ponto Cinco - Apreciação da Actividade e Situação Financeira do Município** -----

----- Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Dionísio Simão Mendes e os Vereadores Joaquim Filipe Coelho Serrão, Francisco Silvestre de Oliveira e Nelson Fernando Nunes Galvão.-----

----- **Justificação de Falta:-** A Presidente da Assembleia deu conhecimento que o Presidente da Junta de Freguesia de Couço, Luís Alberto Ferreira, se encontra de férias e o seu substituto legal não poderá comparecer à Sessão. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DAS ACTAS DA SESSÃO ANTERIOR:-** A Presidente da Assembleia colocou à apreciação a Acta da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de 27 de Junho de 2008. -----

----- Foram solicitadas as seguintes alterações à Acta: -----

----- O Vogal Manuel Coelho solicitou que na folha quatrocentos e vinte e sete, primeira linha, a seguir a “anos atrás” deve-se acrescentar “os terrenos”, na folha quatrocentos e vinte e sete verso, linha vinte, onde se lê “obterá” deve-se ler “altera”, na folha quatrocentos e trinta e dois verso, linha vinte e sete, onde se lê “esta semana e na que passou, que tinha em vista a aquisição do outro terreno”, deve-se ler “esta semana e na semana que passou, que tinha em vista a aquisição do outro terreno a nascente da actual Zona Industrial”, na folha quatrocentos e trinta e três,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

primeira linha, onde se lê “obrigar”, deve-se ler “exigir” e nas linhas dezassete, vinte e um, trinta e um e trinta e dois, onde se lê “20.000 toneladas” deve-se ler “20 toneladas”. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues solicitou que na folha quatrocentos e trinta, linha trinta e dois, onde se lê “dos mínimos”, deve-se ler “mínima” e na linha trinta e quatro, onde se lê “20 hectares”, deve-se ler “20 toneladas por hectare”. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar solicitou que na folha quatrocentos e trinta e cinco verso, linha trinta, onde se lê “maior” deve-se ler “menor”.-----

----- Não havendo da parte dos Vogais mais alterações à Acta, a Presidente da Assembleia colocou a mesma à votação, com as alterações propostas. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor (onze dos Vogais do PS, dez dos Vogais da CDU e um do Vogal Francisco Gaspar do PSD) e quatro abstenções dos Vogais Luisa Portugal (PS) José Carçoço (CDU), Pedro Boiça e António Dias (PSD), aprovar a presente Acta. -----

----- Seguidamente colocou à apreciação a Acta da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de 27 de Junho de 2008, realizada no dia 2 de Julho de 2008. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues solicitou que na folha quatrocentos e quarenta e oito, linha três, a seguir a “arquitectos”, fechar as aspas e na linha seis a seguir a “acção” deve-se acrescentar “de responsabilização financeira”. -----

----- Não havendo da parte dos Vogais mais alterações à Acta, a Presidente da Assembleia colocou a mesma à votação, com as alterações propostas. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor (dez dos Vogais do PS, dez dos Vogais da CDU e um do Vogal Francisco Gaspar do PSD) e cinco abstenções dos Vogais Luisa Portugal e Joaquim Banha (PS) José Carçoço (CDU), Pedro Boiça e António Dias (PSD), aprovar a presente Acta. -----

----- A Vogal Luisa Portugal apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “Abstive-me na votação das Actas, por não ter estado presente nas respectivas Reuniões.”

----- O Vogal José Carçoço apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “Abstive-me porque não estive presente nas respectivas Reuniões.” -----

----- A Presidente da Assembleia deu conhecimento da **correspondência** com o registo número cento e oitenta e duzentos e trinta e um, cujo mapa foi distribuído a todos os Vogais. -----

----- Deu conhecimento do “Manifesto em Defesa da Escola Pública” enviado pela CGTP-IN, o qual ficou à disposição dos Vogais para eventual subscrição do mesmo.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar questionou: Qual o teor das Moções que nos foram enviadas pelas Assembleias Municipais do Entroncamento e do Porto? Gostava de saber se o assunto é relevante ou não, pois não é muito frequente recebermos Moções de outras Assembleias

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

Municipais. -----

----- A Presidente da Assembleia referiu: As Moções são sobre “Transporte Ferroviário de Passageiros” e “Uso das Verbas do Quadro de Referência Estratégico Nacional”.-----

----- O Vogal Manuel Coelho referiu: Na Acta N.º 6, folha quatrocentos e quarenta e quatro verso, linhas vinte e nove a trinta e um, diz o seguinte, sobre o documento que o perito enviou: “Este documento foi hoje entregue na Câmara em mão, já deu entrada no Expediente e vou remetê-lo à Assembleia, para ter conhecimento de que o perito entregou o relatório com a devida correcção”.-----

----- Contudo, no relatório da correspondência, constatei que não é feita qualquer referência a esse documento. A Câmara não enviou o documento à Assembleia ou não está aqui mencionado?

----- A Presidente da Assembleia referiu: A Assembleia ainda não recebeu esse documento.---

----- A Vogal Isabel Ferreira questionou: Qual o teor do ofício enviado pelos Serviços do Ministério Público de Coruche? -----

----- A Presidente da Assembleia referiu: Na sequência do envio do Relatório da Comissão de Inquérito sobre o Observatório do Sobreiro e da Cortiça, o Ministério Público solicitou alguns esclarecimentos.-----

----- Seguidamente a Presidente da Assembleia deu a palavra aos Vogais.-----

----- O Vogal José Coelho apresentou em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista uma **proposta**, que a seguir se transcreve: -----

----- “SUB - Serviço de Urgência Básica-----

----- Reorganização da Rede de Serviços de Urgência -----

----- O estudo de reorganização do Ministério da Saúde aponta(va) para a instalação no Concelho de Coruche de uma unidade de Serviço de Urgência Básica.-----

----- A localização inicial era a Freguesia do Biscainho e posteriormente a Freguesia de Coruche. -----

----- Este Serviço de Urgência Básica visa servir as populações dos Concelhos de Benavente (todo ou parte), Salvaterra de Magos e Coruche, de forma a resolver definitivamente o abandono a que foram votadas as populações do Sul do Distrito em matéria de cuidados de saúde especializados.-----

----- Dado que nos últimos tempos este assunto desapareceu da agenda e nada mais se disse sobre esta questão que é nuclear para a população do Concelho de Coruche;-----

----- Dado que o Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde do Vale do Tejo, em exercício e que acompanhava esta questão há alguns anos foi substituído, sendo nomeado novo Presidente; -----

----- Dado que a instalação no Concelho de Coruche de um Serviço de Urgência Básica é mais

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

que legítima;-----

----- Propomos que seja constituída uma comissão de trabalho composta pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, um Vogal de cada partido político representado, integrando também o Senhor Presidente da Câmara, de forma a podermos desenvolver contactos e criar condições a que o Serviço de Urgência Básica seja uma realidade em Coruche.”-----

----- **Pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, compareceu, José Dionísio, o membro a seguir na lista do Partido Socialista, em substituição da Vogal Mara Coelho, que foi pela Presidente da Assembleia convidado a tomar o cargo de Vogal.**-----

----- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e sete membros.**-----

----- A Presidente da Assembleia referiu: Penso que o Serviço de Urgência Básica irá para a frente, pois a meta estabelecida é até 2009.-----

----- Neste momento, no Centro de Saúde de Coruche, apenas dois dos médicos fazem noites, os outros médicos deixaram de fazê-las, legalmente, a partir dos 50 anos de idade, têm que fazer essa opção.-----

----- Creio que há uma empresa privada que vai começar a contratar médicos para prestar serviço nocturno, daí que é urgente que o Serviço de Urgência Básica avance rapidamente, pois não se sabe que médicos vão ser contratados e isso preocupa-me bastante.-----

----- A Vogal Luisa Portugal referiu: A Senhora Presidente deu essa informação à Assembleia, mas eu gostava que nos esclarecesse melhor, porque um Serviço de Urgência Básica não tem a ver só com a questão das horas nocturnas, nem com a idade dos médicos.-----

----- O Serviço de Urgência Básica não é a mesma coisa que o Serviço de Atendimento Permanente, que tem existido até agora no Centro de Saúde de Coruche, está diferenciada em termos de emergência médica e contempla dois médicos de serviço, sendo um deles com treino em emergência e outro em cirurgia, técnicos de radiologia a tempo inteiro e pessoal de enfermagem treinado em termos de emergência e ainda um sistema de transporte de emergência.-----

----- O que está aqui em causa é a forma como está a ser tratada esta questão.-----

----- Tanto quanto conheço do processo, a reunião com o ex-Presidente da Administração Regional de Saúde não terá sido conclusiva. Foi dito que o assunto estava a ser tratado, mas está a ser tratado há quase um ano e, no fundo, esta Comissão o que pretende saber é o ponto da situação, até porque esta Unidade faz parte da revisão dos Serviços de Saúde e é um complemento precioso para as Unidades de Saúde Familiares.-----

----- Era nesse sentido que gostaríamos de saber qual é a decisão, nomeadamente da parte da Administração Regional de Saúde, para a zona Sul do Distrito.-----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Acho pertinente esta sugestão. Oportunamente, indicaremos o nome do membro que irá integrar essa Comissão de Trabalho.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

### ACTA Nº 7 SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008

----- Contudo, gostava de chamar a atenção que, por vezes, de forma extemporânea, fazem-se afirmações, declarações e criam-se ilusões na população de que o Serviço vai ser implementado e depois dá este resultado. A criação deste Serviço de Urgência Básica foi objecto de imensas declarações por parte do Senhor Presidente da Câmara, de declarações com grande destaque no Boletim Municipal e de entrevistas à Comunicação Social, de que está para “amanhã” o Serviço de Urgência Básica em Coruche e agora verificamos que não há ainda uma decisão, daí que é necessário que esta Assembleia reivindique a sua implementação. O que eu queria sobretudo dizer, é que é errado criar na população ilusões e falsas expectativas, pois, muitas vezes, pretende-se fazer agenda política, estar na Comunicação Social, ter protagonismo e fazer anúncios que depois se revelam errados e precipitados.-----

----- Acho pertinente esta proposta e, com a brevidade possível, devemos solicitar entrevistas a quem de direito, para colocarmos em cima da mesa o problema.-----

----- O Vogal Joaquim Banha afirmou: Penso que ninguém aqui prometeu nada, na altura, o que falamos foi sobre as informações que vinham do Governo e a partir daí acreditou-se que as coisas fossem andando. Hoje, e muito bem, estamos aqui a querer saber o ponto da situação. Ninguém aqui fez qualquer exploração política ou partidária.-----

----- Há dias, em termos de Centro de Saúde, fui confrontado com a seguinte situação: Relativamente às receitas médicas, agora é necessário fazer a requisição dos medicamento e só ao fim de três ou quatro dias é que podemos levantar as receitas.-----

----- Eu venho a Coruche todos os dias, não me faz muita diferença, mas, se calhar, para algumas pessoas faz muita diferença ter de voltar novamente a Coruche para levantar as receitas. Francamente, é trabalhar mal.-----

----- Deu-se ainda outra gravidade, tive de voltar pela segunda vez e depois pela terceira vez, porque pedi receitas como diabético e só me passaram metade dos medicamentos.-----

----- As pessoas deviam ser consultadas e levarem logo todas as receitas, porque assim têm de pedir boleia ou pagar novamente transporte.-----

----- Penso que devíamos de chamar a atenção para esta situação, pois, este sistema de funcionamento não é o mais correcto.-----

----- A Presidente da Assembleia referiu: Optou-se por separar o serviço burocrático do serviço de consultas, por uma razão, pretender aumentar a acessibilidade dos utentes às consultas. Neste momento, conseguimos ver muito mais doentes do que anteriormente, porque o serviço burocrático é feito fora do horário das consultas.-----

----- Quanto ao levantamento das receitas ou credenciais, para as pessoas que vivem longe ou tenham dificuldade de transporte, conseguimos ultrapassar essa questão, levam um envelope e depois são enviadas pelo correio, não têm necessariamente de se deslocar novamente ao Centro

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

de Saúde.-----

----- O Vogal Joaquim Banha salientou: Têm de se deslocar novamente a Coruche para comprar os medicamentos, é precisamente a mesma situação. Penso que não funciona bem. -----

----- A Presidente da Assembleia referiu: É uma opinião, está registada e estou a responder, não como Presidente da Assembleia, mas como elemento da Unidade de Saúde Familiar Vale do Sorraia.-----

----- O Vogal Joaquim Banha referiu: Eu estou a chamar a atenção para que isto se oiça no Centro de Saúde, não é aqui.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: O Grupo Municipal do PSD concorda com todos os Grupos de Trabalho que permitam defender os interesses do Concelho e exigir regalias tão importantes como é neste caso a saúde e daí também ter concordado com a Comissão de Inquérito que pretendeu desvendar o que se passava com o Observatório do Sobreiro e da Cortiça.-----

----- Oportunamente, indicaremos o nosso elemento para a referida Comissão.-----

----- De qualquer forma, gostaria de fazer alguns comentários relativamente a este assunto: Quando os Deputados do PS se deslocaram a Coruche, foi público que o Senhor Presidente da Câmara lhes apresentou o espaço para o novo Serviço de Urgência Básica e para o novo Quartel dos Bombeiros. Acreditamos que o Senhor Presidente da Câmara tem a informação que o PS não tem e que esta Assembleia Municipal também não tem e que estamos a discutir um assunto novo.

----- Em relação ao Quartel dos Bombeiros andamos a falar de verbas e não há local e quanto ao Serviço de Urgência Básica, passa-se o contrário, há local, mas, pelos vistos, não se sabe bem como se encontra esta questão da saúde.-----

----- Acho que o Senhor Presidente da Câmara se devia preocupar menos com eleitoralismo ou populismo, que é uma característica sua, e não criar este tipo de falsas expectativas na população. Devia falar destes assuntos de uma forma séria e dar a entender que já existe um local só quando realmente a obra estiver para se iniciar.-----

----- Gostava imenso que o Senhor Presidente da Câmara nos dissesse que estamos todos enganados e que o Serviço de Urgência Básica vai ser uma realidade, não sendo preciso constituir uma Comissão.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: É claro que eu agradeço os conselhos do Vogal Francisco Gaspar, mas, parece-me falsa modéstia, pelo que os dispenso dada a minha experiência de vida e algum percurso político, e lamentar que a sua intervenção, do ponto de vista da demagogia e de alguma ironia, não corresponde a nada palpável. Procure informar-se, pois é melhor do que estar a falar de coisas que não sabe e não conhece, dessa forma, diria eu “balofa”.-----

----- Relativamente ao Serviço de Urgência Básica, este ano, realizaram-se duas reuniões na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, com o então responsável, Dr. Antó-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

nio Branco. Numa dela esteve também presente o Director do Centro de Saúde de Coruche, Dr. José Miguel, procurámos saber qual era o ponto da situação e foi-nos dito que em 2008 seriam tomadas medidas decisivas sobre a instalação do Serviço de Urgência Básica no Concelho de Coruche e nas palavras do Dr. António Branco o que faltava esclarecer era o local. Mais tarde, voltei a reunir com o Dr. António Branco e insisti novamente nesta situação. -----

----- No princípio do Verão fiz-lhe sentir que a questão do local era importante, entendendo a Câmara que o mais correcto seria a sede do Concelho, por razões que se prendem com a dificuldade de acessos por exemplo à Freguesia do Biscainho, no caso de cheias ou em situações em que as estradas nacionais ou municipais ficam cortadas. -----

----- O Dr. António Branco disse que nada estava decidido, mas que se mantinha a intenção de se instalar um Serviço de Urgência Básica no Concelho de Coruche, por diversas razões, como o isolamento de algumas localidades e a própria distância da sede do Concelho aos Hospitais de Vila Franca de Xira ou de Santarém. -----

----- O Presidente da Câmara nunca anunciou que se ia fazer o Serviço de Urgência Básica, apenas transmitiu para os jornais (mas pelos vistos incomoda algumas pessoas que treslêm) aquilo que lhe foi dito nas ditas reuniões e sempre remetendo para declarações do Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. -----

----- A Assembleia Municipal propõe-se criar uma Comissão de Trabalho para tratar este assunto, parece-me muito bem que o faça, tanto mais quando sabemos que o Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo foi substituído, é importante auscultar e perceber qual é a sensibilidade do novo Presidente. -----

----- O Dr. António Branco disse, nas duas vezes que estive com ele este ano, que estava decidido construir na área de Lisboa e Vale do Tejo, três Serviços de Urgência Básica, e que um deles era no Concelho de Coruche. Foi isto que eu transmiti para a Comunicação Social em diversas circunstâncias e continuo a dizer que foi o que me foi transmitido e numa das reuniões estava presente e pode confirmar, o Dr. José Miguel, que é responsável pelo Centro de Saúde de Coruche. -----

----- Relativamente às receitas médicas, tenho tido notícia por várias pessoas, nomeadamente a população mais idosa e que vive a maior distância da sede do Concelho, que lamentam este procedimento, pois, na prática, têm de se deslocar duas vezes a Coruche. -----

----- Também me foi dito que não tem de ser o próprio a levantar a receita, pode ser um familiar. -----

----- Quanto a essa modalidade de enviar os documentos pelo correio, muitas pessoas não sabem e não trazem o envelope e o respectivo selo para a resposta. -----

----- Algumas pessoas queixam-se que embora não venham buscar a receita têm de vir outra

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

vez à farmácia, pois, como sabemos, nalgumas localidades do Concelho não há farmácia.-----

----- O Dr. Carlos Ceia falou-me deste procedimento como uma tentativa de operacionalizar o trabalho dos médicos, o trabalho burocrático não ser misturado com o trabalho mais técnico, era uma experiência.-----

----- A Presidente da Assembleia afirmou: Vamos aprendendo com os erros cometidos e aceitamos as sugestões apresentadas pelas pessoas.-----

----- Na verdade o que se pretende, neste momento, é uma boa qualidade da prestação dos cuidados de saúde.-----

----- Relativamente às consultas, e eu falo por mim, habitualmente, era uma hora e meia para a prática burocrática.-----

----- Neste momento, as pessoas têm hora marcada e estão muito menos tempo à espera de consulta do que estavam anteriormente. Conseguimos uma maior acessibilidade às consultas.----

----- Aceitam-se sugestões, a população tem o direito de reclamar, mas quando se reclama também se deve sugerir propostas de alteração.-----

----- A Vogal Luisa Portugal referiu: Senhora Presidente, gostava de lhe solicitar uma informação e também para estranhar as suas afirmações. Disse que estava a dar a informação como membro da Unidade de Saúde Familiar e se está a falar como profissional de saúde, tenho que lhe dizer que acho muito estranho que, neste fórum da Assembleia Municipal, nos venha dizer que um acto de medicação é um acto burocrático.-----

----- A Presidente da Assembleia salientou: Não é um acto de medicação, é um acto de transcrição de medicação, que pode ser meu como de outros colegas.-----

----- A Vogal Luisa Portugal referiu: Um médico que põe a sua assinatura num medicamento, seja ele transcrito de medicação crónica ou de medicação aguda, tem uma responsabilidade médica por trás. Portanto, a Senhora Presidente ao dizer que isto é um “acto burocrático”, que não precisa de estar com o doente à sua frente e não precisa de considerar isto como uma consulta, eu estranho muito, enquanto profissional de saúde, tal afirmação.-----

----- A Unidade de Saúde Familiar tem o funcionamento contratualizado com o Governo Central e, penso eu, que deverá ser pública, e é essa contratualização que eu gostava que os Vogais desta Assembleia tivessem para podermos analisar. O grande objectivo da Unidade de Saúde Familiar é a melhoria dos acessos aos cuidados de saúde e incluí consulta, medicação, resultados de diagnóstico, tudo o que for necessário em termos da prestação dos cuidados de saúde e a verdade é que é uma decisão deste tipo que está a dificultar o acesso dos utentes ao Serviço de Saúde.-----

----- Gostava de saber, enquanto Vogal desta Assembleia, se isto está contido na contratualização que fizeram. Não me dê agora a resposta. Eu quero ter a contratualização na mão.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- A Presidente da Assembleia afirmou: A contratualização deve ser solicitada ao Coordenador da Unidade de Saúde Familiar, Dr. Carlos Ceia.-----

----- A Vogal Luisa Pinheiro referiu: Eu estou a solicitar-lhe que enquanto Presidente da Assembleia Municipal peça essa informação ao Centro de Saúde. -----

----- O Vogal Manuel Coelho referiu: A Senhora Presidente da Assembleia não é Presidente do Centro de Saúde de Coruche, não tem nada que responder sobre questões técnicas. -----

----- Criem outra Comissão para ir ao Centro de Saúde saber o ponto da situação. -----

----- A Vogal Luisa Portugal salientou: Eu faço um requerimento por escrito à Mesa. -----

----- O Vogal Joaquim Banha referiu: Senhora Presidente, fala quem fala mais alto ou por ordem de inscrição? -----

----- Eu percebo que a Senhora Presidente esteja em defesa do seu local de trabalho, mas reparei num pormenor, quando diz que estaria hora e meia na burocracia e que qualquer administrativo o faria, de facto há que organizar o trabalho.-----

----- A Presidente da Assembleia referiu: Essa situação foi ultrapassada precisamente separando o sector burocrático. -----

----- Proponho à votação a constituição da Comissão de Trabalho.-----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Uma vez que há consenso é só indicar os nomes.---

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da constituição da Comissão de Trabalho.-----

----- O Vogal José Carçoço referiu: Queria falar de um assunto que já passou por esta Assembleia Municipal, duas vezes, que é a Alteração ao Quadro de Pessoal. Na primeira vez, foi chumbado, levantou dúvidas nesta Assembleia e a oposição votou contra. Na segunda vez, houve um diálogo mais aberto. -----

----- A Comissão Sindical sugeriu algumas vagas, mas, por aquilo que tenho conhecimento só se abriu um concurso para Técnico Superior.-----

----- O tempo que falta para o final do ano é muito curto e depois em Janeiro não há grandes benefícios para os trabalhadores. -----

----- Espero que a oposição não tenha tido razão de ter chumbado a primeira proposta, se calhar suspeitava que as vagas criadas eram só para favorecer os Técnicos Superiores. -----

----- Quanto à passagem a Operário Principal, há pessoas que já fizeram o requerimento, mas não há andamento do processo, pelos vistos, está-se à espera de Dezembro. Falamos com o “A”, encolhe os ombros, com o “B”, este não gosta da cara e influência o “C” e depois o “C” transmite outras operações ao “D” e quando chega ao “E” já está tudo inquinado. -----

----- Na campanha eleitoral apregoa-se justiça social e, eu recordo que, no programa do PS, há uma ressalva que diz que vão olhar para os trabalhadores da Câmara, aqueles que estejam em

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

condições de progressão ou de reclassificação, mas, pelos vistos, o que está a aparecer é só injustiças. -----

----- Sei que o Senhor Presidente da Câmara não é o responsável por estas situações, mas é o Presidente e pedia-lhe que desse alguma explicação sobre este assunto. -----

----- O Vogal Rui Aldeano apresentou em nome do Grupo Municipal da CDU uma **Declaração**, que a seguir se transcreve: -----

----- “No passado mês de Julho um munícipe coruchense foi absolvido pelo Tribunal Judicial de Coruche no âmbito de um processo judicial, no qual é acusado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coruche: “de difamação na sua forma agravada”. -----

----- Na origem deste processo esteve um texto publicado no já extinto Jornal “O Sorraia, de 31 de Janeiro de 2005, como o título: “Mais depressa se apanha um mentiroso que um coxo”. ----

----- O conteúdo do artigo considerado ofensivo, não teve a intenção de ofender o Senhor Presidente, mas tão só evidenciar as contradições e inverdades do seu discurso (durante e após a campanha eleitoral de 2001, bem como, quando já eleito Presidente da Câmara em 2002) sobre a situação financeira herdada da gestão CDU. Como aliás foi provado em sede de julgamento. -----

----- Recorde-se que o Senhor Presidente da Câmara tentou induzir na opinião pública à época, do início do seu primeiro mandato, a ideia de que tinha herdado da CDU “uma dívida enorme, uma situação financeira extremamente difícil que iria comprometer o futuro e criava dificuldades para os anos seguintes”. Ano e meio depois destas afirmações, declarava que afinal a situação era boa, com bom equilíbrio financeiro e que a autarquia tinha boa capacidade de endividamento etc. -----

----- Sublinhe-se, o que era afirmado na parte final do texto que esteve na origem da acusação “por difamação na sua forma agravada” e que agora o Tribunal não deu por provada... passo a citar: “dizia o Senhor Dionísio Mendes, no início do ano de 2002 que a dívida era de dois milhões e setecentos mil contos! Se assim era, então como é possível o Senhor Presidente dizer agora que a situação é equilibrada! Depois de ter contraído um empréstimo de 200 mil contos e agora queria mais 228 mil contos? Isto, para além de já ter utilizado um empréstimo de 500 mil contos que tinha ficado contratualizado e aprovado (...) urge perguntar: agora a situação financeira é equilibrada? E há dois anos era muito grave? O Senhor andou a mentir aos coruchenses! É a única conclusão que se pode tirar! Assim comprova-se o acerto do ditado popular: “Mais depressa se apanha um mentiroso que um coxo”. -----

----- Foi com base no texto que acabei de ler que o Senhor Presidente Dionísio Mendes, apresentou queixa contra o autor do mesmo, alegando sentir-se “envergonhado, incomodado e posto em causa perante os munícipes”, pedindo ao Tribunal que condenasse o acusado a pagar-lhe uma indemnização cível com base no crime por difamação agravada no valor de 15.000 euros. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- O Tribunal considerou a queixa improcedente e absolveu o réu dos crimes de que ia acusado, podendo ler-se a páginas 17 do relatório da sentença, que passo a citar: “Assim os factos foram praticados no exercício de um indiscutível direito legítimo (à informação e ao debate político) isento de censura”... fim de citação.-----

----- Este Processo, bem como outros que tiveram o mesmo desfecho, vêm demonstrar que o Senhor Presidente da Câmara tem de uma vez por todas que aceitar, como legítimo, que os seus concidadãos o passam criticar e discordar da sua gestão. E não pode pretender resolver os diferendos políticos através da intimidação e da limitação à liberdade de expressão e de pensamento dos Coruchenses, recorrendo à ameaça e aos Tribunais sempre que alguém lhe faz uma crítica mais acérrima. Se o continuar a fazer está a impor um outro tipo ou forma de censura, o que é proibido por lei e pela Constituição da República.-----

----- O impacto negativo e supostamente ofensivo do escrito não se produziu. Se a imagem pública do Senhor Presidente, hoje, está afectada não foi pelo conteúdo do escrito.-----

----- Em conclusão: “O Homem político porque ao abraçar a actividade política se expõe, inevitável e conscientemente, a um controlo atento dos seus actos e palavras, por parte de todos os que se interessam pela causa pública, deve mostrar maior tolerância sobretudo quando profere declarações públicas susceptíveis de crítica. Os imperativos da protecção da sua reputação mesmo fora da esfera de vida privada, devem ser balanceados com interesses da discussão das questões políticas, pelo que as excepções à liberdade de expressão devam ser objecto de interpretação restritiva”.-----

----- Este tem sido o entendimento do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.-----

----- Ao Presidente da Câmara Municipal de Coruche cabe agora interpretar o significado e acatar mais esta decisão judicial. E de uma vez por todas, aceitar que os coruchenses seus concidadãos têm o direito a criticar os seus comportamentos e métodos de gestão, por muito que isso lhe custe, deixando definitivamente de intimidar quem se lhe opõe politicamente.”-----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: A nossa Assembleia tem sido ao longo dos últimos meses, bastante maltratada, sobretudo pelo PS, em declarações públicas que tem feito, chegando ao cúmulo de no convívio socialista, em Julho, uma Vogal desta Assembleia ter feito uma declaração desqualificando a Assembleia e realçando os seus aspectos negativos. Passo a citar o que vem num jornal, que eu saiba não foi desmentido: “Durante o último mandato temos tido muita dificuldade em aprovar as ideias do executivo na Assembleia Municipal.” Segundo diz no jornal, é a representante da Juventude Socialista.-----

----- É um requerimento oral: Gostava que o PS fizesse uma listagem de todas as decisões ou propostas que o executivo trouxe à Assembleia Municipal e que foram chumbadas.-----

----- Fica este desafio. Ficamos à espera que o Grupo Municipal do PS nos faça esta relação e

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

depois até a poderá divulgar, em vez de mandar estas atoardas para a Comunicação Social. -----

----- Acho que, de uma vez por todas, temos de criticar este tipo de comportamento. A Assembleia Municipal é o órgão representativo da democracia do nosso Concelho e não pode continuar a ser enxovalhado como tem sido até agora, sobretudo pelo PS e muito menos por Vogais desta Assembleia.-----

----- Portanto, fica aqui o desafio público ao PS. Caso não encontrem, teremos nós, publicamente, contestar este tipo de afirmações.-----

----- A Presidente da Assembleia referiu: Agradecia que apresentassem por escrito o requerimento. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Senhora Presidente, gostava de dar um esclarecimento sobre situações que fui aqui citado e que tem a ver com o texto apresentado pelo Vogal Rui Aldeano. -----

----- O facto do Tribunal ter decidido absolver alguém que escreveu palavras ofensivas ao Presidente da Câmara, não significa que eu esteja de acordo com a decisão do Tribunal.-----

----- Não fico muito ofendido porque de facto o verdadeiro autor do “escrito” não foi aquele que foi a Tribunal. Se tivesse sido o verdadeiro autor do “escrito” presente a Tribunal e tivesse sido absolvido, eu ficava muito aborrecido, mas como não foi ele, quem foi a Tribunal serviu só para dar o nome ao “escrito”, não me incomoda muito o facto de ter sido absolvido, nem isso me leva a concordar com o Tribunal.-----

----- Num caso semelhante, já citei um Acórdão do Tribunal, que acha absolutamente normal que essas ofensas se façam aos políticos.-----

----- Senhor Vogal, prepare-se para ser ofendido e para aceitar isso de boamente, pois, na opinião de alguns Tribunais, é normal os políticos serem ofendidos, faz parte da prática política. ----

----- O facto de eu contestar e de apresentar queixa, não significa procurar fazer censura, está enganado, não sabe o que é censura. É um legítimo direito, alguém se sentir incomodado e ofendido e se queixar e para se queixar é no Tribunal. -----

----- O Vogal Rui Aldeano referiu: Gostaria de relembrar que eu fiz apenas uma declaração do Grupo Municipal da CDU e não solicitei qualquer esclarecimento. -----

----- O Presidente da Câmara referiu ainda o seguinte:-----

----- Em relação àquilo que o Vogal José Carçoço referiu, quero recordar que o Quadro de Pessoal foi presente à Assembleia, mas a Assembleia não autorizou a sua alteração. Aquilo que fizemos não foi a alteração ao Quadro de Pessoal. -----

----- O facto de se criar mais vagas não significa que elas tenham de ser preenchidas e não significa que todas as pessoas por carreira ou antiguidade estejam em condições e tenham o mérito ou a qualidade para ocupar esses lugares. Hoje, o sistema de avaliação da função pública,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

vem nesse sentido. -----

----- Concretamente ao “A, B e C”, não vou comentar nestas circunstâncias, na altura certa e no sítio certo, darei essas informações, aliás, já tenho uma reunião marcada com a Comissão Sindical para a próxima semana. -----

----- O Vogal José Caroço referiu: Só alertei porque o pessoal suspeita que os lugares são apenas para técnicos. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: O sector operário acha que os técnicos são muitos e são mais beneficiados e do lado dos técnicos entende-se que há poucos técnicos e que o sector operário é bastante vasto, porque hoje a Câmara efectua a maior parte das obras por administração directa, não se justificando um tão vasto quadro de pessoal operário. -----

----- O Vogal Joaquim Banha afirmou: O PS foi aqui acusado, não está presente a pessoa que foi aqui chamada, mas, eu penso que não pode ficar em branco a acusação feita pelo Vogal Francisco Gaspar, que é useiro e vezeiro em afirmações anti-PS. É de facto uma má acção do Vogal Francisco Gaspar, porque a bancada do PS sempre se preocupou em valorizar a Assembleia Municipal. No entanto, quando discorda que algo não está bem, não pode deixar de falar nesta Assembleia ou quando a Comunicação Social lhe solicita dados, tem todo o direito de os transmitir para que os munícipes saibam. Não é como diz o Vogal Francisco Gaspar, estamos empenhados que a Assembleia Municipal funcione o melhor possível, mas, por vezes, não é assim, e nós chamamos a atenção para que se corrija. -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----**PONTO UM - DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE CORUCHE** -----

----- A Presidente da Assembleia referiu o seguinte: -----

----- Este ponto foi agendado novamente porque na última Sessão da Assembleia, na qual não estive presente, o Grupo Municipal do PS propôs o meu nome para representante na Comissão de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Director Municipal de Coruche, sem sequer ter falado comigo. -----

----- Sinto-me sensibilizada por se terem lembrado de mim, interpreto isso como um voto de confiança, mas quero dizer que não estou disponível para exercer tal cargo e propunha uma nova votação. -----

----- Solicitava que os Grupos Municipais apresentassem propostas. -----

----- O Grupo Municipal da CDU propõe o Vogal Ilídio Serrador. -----

----- O Vogal José Coelho referiu: Fazíamos questão que a este nível fossemos representados pela Senhora Presidente da Assembleia, mas, como tal não é possível, propomos para votação o

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

Vogal Joaquim Banha. -----  
----- A Presidente da Assembleia referiu: Não havendo mais propostas, ir-se-á proceder à respectiva votação, por voto secreto. -----  
----- Após a votação e, tendo participado vinte e sete membros, foi obtido o seguinte resultado:-----  
----- Joaquim Gonçalves Banha - 14 votos -----  
----- Ilídio António Martins Serrador - 11 votos-----  
----- Manuel Santos Coelho - 1 voto -----  
----- Em branco - 1 voto -----  
----- A Assembleia designou, o Vogal Joaquim Gonçalves Banha, como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Director Municipal de Coruche. -----  
----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----  
----- **PONTO DOIS - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2009:-** Foi presente o ofício n.º 9337 de 12 de Setembro de 2008 da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de 10 de Setembro de 2008, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta. -----  
----- A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dois por parte do Presidente da Câmara.-----  
----- O Presidente da Câmara proferiu o seguinte: -----  
----- Esta proposta é semelhante à do ano passado e anos transactos. -----  
----- Recordo que, no primeiro ano de fixação deste imposto, por sugestão da Associação Nacional de Municípios Portugueses, as Autarquias, sem excepção, avançaram com os valores máximos de 0,8% e 0,5%. No ano seguinte, na Autarquia de Coruche, baixamos para 0,7% e 0,4% e ao longo dos anos temos mantido estes valores.-----  
----- Antes desta nova forma de imposto autárquico, o valor a aplicar era de 1.0%. -----  
----- Efectivamente esta receita tem algum significado para a Câmara Municipal de Coruche, tendo em conta que não temos muitas receitas próprias e vivemos muito das transferências do Estado, o chamado FEF. -----  
----- Este imposto é um imposto que pretende colher receitas junto dos proprietários, é evidente que a maior parte não serão propriamente ricos, são pessoas que têm alguns bens e, a partir desses bens, fixa-se um imposto que, como qualquer imposto, será redistribuído por todos aqueles que são beneficiários por viverem no Concelho. -----  
----- Este imposto ainda tem uma preocupação social, porque isenta do seu pagamento os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

### ACTA Nº 7 SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008

agregados familiares que têm fracos rendimentos, os reformados e também os jovens, durante dez anos, aquando da aquisição de uma habitação. -----

----- No caso do Concelho de Coruche temos recorrido a estes valores, que não são valores muito elevados e que de uma forma geral são aplicados pela grande maioria dos Concelhos. No Distrito de Santarém, 18 em 21 Municípios, têm valores iguais ou superiores aos que são aplicados pela Câmara Municipal de Coruche. -----

----- Ainda há prédios por avaliar no Concelho de Coruche e isso dá-nos a expectativa que durante algum tempo vamos ter um crescimento do valor final deste imposto. -----

----- Estas projecções não são muito rigorosas, por exemplo, em 2006 descemos 11% em relação a 2005 e em 2007 crescemos 10% em relação a 2006. Para 2008 ainda não temos a certeza do que é que vamos arrecadar. Neste momento, não podemos calcular o imposto, mas é possível que os valores sejam idênticos aos do ano passado ou que possa haver um pequeno crescimento. -----

----- Gostava de recordar que, o ano passado, aprovamos estes mesmos valores e que a Câmara fez um esforço para os aplicar o melhor possível, no interesse dos cidadãos do Concelho. -----

----- Este valor do IMI será aplicado em investimento e não para despesas correntes e é fundamental para o Orçamento da Câmara, até porque os dinheiros para investimentos são relativamente escassos e estamos no primeiro ano do novo quadro comunitário, precisamos de facto de ter verba para a nossa contrapartida para podermos usar as verbas do Quadro de Referência Estratégica Nacional, que estão agora a ficar disponíveis. -----

----- O meu apelo é que a Assembleia mantenha os valores já aprovados nos últimos anos para que a Câmara possa assegurar uma receita, que não sendo extraordinária, rondará um milhão a um milhão e duzentos mil euros. Será muito interessante no sentido de completar aquilo que são as remessas dos fundos comunitários que, normalmente, significam 65% ou 70% do valor de investimento e os outros 30% ou 35% serão acautelados pelas Câmaras. -----

----- Para já é a explicação que queria deixar aqui e o apelo para que votem a proposta apresentada pela Câmara. -----

----- A Presidente da Assembleia agradeceu a exposição efectuada pelo Presidente da Câmara e de seguida deu a palavra aos Vogais. -----

----- O Vogal António Gomes referiu: Uma vez mais o executivo apresenta uma proposta que tem em consideração não os valores máximos mas um ligeiro abatimento, enquanto que a oposição procura sempre que estes valores sejam mais baixos.-----

----- Creio que a oposição tem mantido sempre, não direi demagogia, mas populismo, e está perfeitamente certa que quando propõe soluções destas, não é assim que defende os interesses dos concidadãos do Concelho de Coruche.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- Nós já demonstramos nestes últimos anos da gestão do PS a transformação que fizemos, a nível de infra-estruturas e também as condições sócio-económicas que criamos e por isso entendemos que o executivo é realista quando propõe estes números. Estas receitas constituem meios financeiros para os investimentos que aí vêm, temos de ter em consideração que o Quadro de Referência Estratégico Nacional está à porta e se não tivermos fundos próprios, não somos capaz de aproveitar essas verbas. -----

----- É uma proposta realista que visa fundamentalmente a obtenção de receita para poder satisfazer investimentos futuros, os quais se reflectem seguramente, não neste ou naquele município, mas na totalidade da população do Concelho de Coruche, daí estarmos totalmente de acordo e iremos votar favoravelmente a proposta apresentada pelo executivo. -----

----- O Vogal Manuel Coelho referiu: Mais um ano que passou e se calhar os argumentos não vão ser muito diferentes daqueles que aqui temos defendido. -----

----- A proposta que veio a esta Assembleia o ano passado trazia a evolução dos valores do IMI ao longo dos últimos anos e este ano essa situação não vem aqui mencionada. -----

----- Há um indicador vindo da parte do Governo, que a bancada do PS tanto defende, que diz que as Autarquias estão a arrecadar mais IMI do que aquilo que deviam, recebem cerca de 16% a mais na opinião do Governo e daí propor que as taxas sejam revistas. -----

----- Quanto à omissão neste documento, o Senhor Presidente da Câmara diz que, neste momento, ainda não tem os números, enfim, isto deve valer alguma coisa. -----

----- É pena não podermos debater este ponto em conjunto com o ponto seguinte, seria interessante. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que estas receitas do IMI são para investimento, mas depois na proposta sublinha que os impostos directos e indirectos, onde este se enquadra, representa apenas 23% da receita corrente. Bate certo uma coisa com a outra? -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Da receita corrente, não quer dizer que seja para despesa corrente, não estou a classificar isso como uma despesa corrente ou de uma despesa de investimento. -----

----- O Vogal Manuel Coelho referiu: As receitas dividem-se em receitas correntes e receitas de capital e as despesas também, e as receitas de capital são aplicadas normalmente em despesas de capital e as receitas correntes em despesas correntes. -----

----- As receitas de capital não podem ser aplicadas em despesas correntes. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Não necessariamente, as receitas correntes podem ser aplicadas em capital, aliás, é isso que fazemos todos os anos, há sempre folga e transposição de receitas correntes. -----

----- O Vogal Manuel Coelho salientou: Na proposta é dito: “A receita de IMI é fundamental

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

para permitir a manutenção do equilíbrio orçamental do Município.” Quando se afirma que é uma quantia que representa tão pouco, de valores tão baixos, porquê dizer que é fundamental para o equilíbrio orçamental do Município? -----

----- Penso que aquilo que temos aqui debatido, não é demagogia nem populismo, tem de ter coerência e tem a ver com aquilo que o Município pretender alcançar. Há relativamente pouco tempo, o Senhor Presidente da Câmara afirmou: “espero que a população do Concelho de Coruche, nos próximos oito anos, duplique.” Seria um bom contributo para satisfazer essa sua apetência, já que, no início do mandato, propôs transformar a Vila de Coruche em cidade, se calhar tem um pouco a ver com isso. -----

----- Seria um bom incentivo dar um sinal aos munícipes e para aqueles que se querem fixar, que houvesse uma situação de alívio do imposto. Pode significar muito pouco, mas penso que seria positivo para este Concelho. -----

----- O ano passado, o Senhor Presidente da Câmara apresentou a mesma proposta e foi derrotada nesta Assembleia, entretanto, entrou o mês de Outubro, houve os almoços dos reformados, e essa proposta perdida, depois, foi ganha. -----

----- O Presidente da Câmara salientou: Uma parte da CDU votou a favor. Já não se lembra? --

----- O Vogal Manuel Coelho referiu: Este ano ainda não houve almoços de reformados, não sabemos qual vai ser a situação em concreto, de qualquer maneira, isso não nos vai preocupar, o que pretendíamos é que houvesse um sinal nesse sentido, daí a nossa proposta. -----

----- A proposta do Senhor Presidente da Câmara é igual à do ano passado, a nossa também, a CDU propõe que a Câmara reconsidere e que baixe cada uma das taxas em 0,1%, isto é, para os valores de 0,6% e 0,3%. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Este ponto percentual, de 0,7% para 0,6%, representa uma quebra na receita de 15% e, de 0,4% para 0,3%, uma quebra de 25%. -----

----- O Vogal Manuel Coelho salientou: Esses dados deviam vir aqui mencionados na proposta. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: É fácil fazer as contas. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: É legítimo que a Câmara apresente aqui a proposta que entender em função da análise e das estratégias que tem em termos da gestão do Município, agora nós também temos o direito de questionar os critérios e as opções. -----

----- Não é pelo facto de ser dado muito ênfase a certas afirmações ou colocar no papel um conjunto de intenções que elas passam a ser rigorosas ou verdadeiras, vem isto a propósito da afirmação do Senhor Presidente: “Este ano nenhum Concelho do Distrito de Santarém, confinante com Coruche, tem taxas de IMI inferiores às que vigoram no nosso Concelho”. A verdade é que há Concelhos confinantes que já aprovaram uma redução para 0,6% e 0,3%, por exemplo, o

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

Concelho da Chamusca. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Este ano? Está a tresler!-----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Não quero ser interrompido, nem estou a tresler. ---

----- O Presidente da Câmara afirmou: Está a tresler. Não é isso que se diz aí no documento. --

----- O Vogal Armando Rodrigues afirmou: Na proposta afirma-se, passo a citar: “Que o Município de Coruche se debate com a inegável escassez de receitas próprias” e “Que a receita do IMI é fundamental para permitir a manutenção do equilíbrio orçamental do Município”. Ora, isto é uma coisa objectiva que ninguém contesta, que esta receita é importante para o Município e que contribui para o seu equilíbrio orçamental. -----

----- O problema é outro, que política segue o Município e como é feita a gestão dos seus recursos. Por exemplo, de Julho até agora, em apoio a touradas e jantares, a Câmara deliberou financiar em cerca de vinte mil euros, é dinheiro! A política de festas que a Câmara faz em tempo de crise, em que não há nenhuma contenção, é inaceitável do ponto de vista moral e ético quando o país está mergulhado numa grave crise. Portanto, é um problema de autoridade moral e de autoridade política, por um lado, diz-se e bem, que qualquer receita é fundamental para o equilíbrio orçamental do Município, mas depois como é que se administram essas receitas? Para os touros e touradas é mãos largas e para os munícipes, que já têm uma carga fiscal brutal, não se dá nenhum sinal de desagramento e curiosamente para a Nestlé, uma multinacional, propõe-se que seja isenta do pagamento de IMI. Trata-se de opções políticas e, portanto, quem tem mais votos pode fazer aprovar estas propostas, agora isso não significa que elas sejam as mais justas. -

----- Há um ano atrás, quando discutimos este mesmo problema, eu próprio disse que aguardávamos para ver se o que então foi prometido fazer nas Freguesias com a receita do IMI se concretizava. Na Branca, continuam a “patinar” as casas de banho e o cemitério da Arriça há oito anos. Nas outras Freguesias as promessas ficaram no papel. O Partido Socialista para os poderosos é mãos largas e para a generalidade da população agrava os impostos. -----

----- O Presidente da Câmara salientou: Há oito anos? Não, há trinta anos!-----

----- O Vogal Francisco Gaspar proferiu a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de abordar as Taxas de IMI propostas para 2009, gostaríamos de fazer duas referências, que se prendem com a proposta que hoje nos chega e que vamos analisar, nomeadamente: -----

----- 1- Ao contrário do que acontece com as várias propostas presentes a esta Assembleia, que por norma derivam da Divisão Administrativa e Financeira, esta proposta é feita directamente pelo Senhor Presidente da Câmara, o que nos levanta algumas dúvidas, nomeadamente, se a DAF, não estaria mais bem preparada e documentada para fazer a proposta; -----

----- 2 - Também ao contrário do que tem acontecido nos anos anteriores, este ano, não acom-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

panha a proposta de fixação de Taxas do IMI, o quadro evolutivo das receitas, desde a instituição deste imposto até ao ano anterior, não queremos acreditar que esta situação derive da proposta não ser da DAF, mas sim do Senhor Presidente de Câmara, que não tendo argumentos válidos para justificar a manutenção das Taxas de IMI, tentou ocultar informações fundamentais para a aprovação ou rejeição da sua proposta. -----

----- Temos também de referir, que o Grupo Municipal do PSD, tentou que lhe fosse disponibilizado o quadro evolutivo da receita de IMI, mas este não foi disponibilizado em tempo útil, tendo sido colocados entraves à sua disponibilização, o que obrigou o Grupo Municipal a recorrer a um Requerimento, de forma a obter esta informação, tendo nós consciência que seria difícil desta forma, obter esta informação, em tempo útil, mais uma vez, ficando no ar dúvidas sobre qual a razão pela qual não se disponibilizou a informação requerida. -----

----- Mas analisando a proposta do Senhor Presidente da Câmara, aprovada por maioria, em Reunião do Executivo, é possível perceber que o Executivo Socialista da Câmara, pretende seguir com uma gestão, que assenta no aumento das receitas pelos impostos e à custa dos habitantes do Concelho, senão vejamos:-----

----- 1 - Entre 2003 e 2007, a receita de IMI aumentou cerca de 80%, que comparando com o aumento da inflação, que foi no mesmo período, inferior a 15%, concluímos rapidamente que a receita real do Município foi neste período superior a 65%, valor que saiu directamente do bolso dos coruchenses. -----

----- 2 - Em 2004, quando propusemos nesta Assembleia baixar o IMI, o argumento utilizado para contrariar a proposta, foi exactamente o utilizado actualmente, de que os Municípios vizinhos tinham as taxas máximas ou idênticas e que o Município iria perder receitas, como sabemos actualmente, em 2005 atingimos a receita mais alta, desde que o imposto existe, afinal tínhamos razão. -----

----- 3 - Concluímos com esta proposta do Senhor Presidente da Câmara, que este Executivo Socialista, que quer continuar a aumentar receitas, pelo pagamento de impostos, isto é, à custa dos coruchenses, continua ao mesmo tempo a gastar essas mesmas receitas, em obras que fundamentais, continuam paradas ou envolvidas em polémicas, com custos elevados para o Município, situações que claramente prejudicam o Concelho.-----

----- 4 - Também o argumento, de que a redução da receita de IMI, pode prejudicar os investimentos previstos para os próximos anos, é falso, pois, como é do conhecimento de todos, a autarquia tem uma capacidade de endividamento disponível de 65%, o que utilizando a formula já apresentada no passado pelo Executivo, para defender as taxas actuais, isto é, multiplicando por 3,3, o Município tem uma capacidade de investimento superior a 20 milhões de Euros; -----

----- 5 - Não aceitamos também, o argumento de que os impostos devem continuar a ser a

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

rampa de salvação para este Executivo, pois não devem ser os impostos a garantir o equilíbrio Orçamental do Município, ou os investimentos futuros, mas sim o Governo, que por sinal até é do Partido Socialista, factor que foi apresentado durante a campanha eleitoral como uma vantagem para um Executivo Socialista da Câmara, mas afinal, a vantagem é continuar a aumentar a receita de impostos; -----

----- 6 - Ao discutirmos as Taxas de IMI para 2009, não podemos também esquecer, que o nosso Concelho é um Concelho do interior, onde a população tem de pagar os custos da interioridade, como a falta de emprego, razão pela qual, acreditamos, a população tem vindo a baixar, ao que acresce a crise Nacional e Mundial, que implicam um aumento significativo das taxas de juro e dos combustíveis, piorando ainda mais a qualidade de vida e aumentando as dificuldades, o que se apresenta como mais uma razão para o Município transmitir uma mensagem de compreensão ao mesmo tempo que se distingue dos Concelhos vizinhos onde as Taxas de IMI são mais altas.-----

----- Pelas razões anteriores, entendemos que a proposta do Senhor Presidente de Câmara, de o Município estabelecer as Taxas de IMI para 2008, em 0,7% para os prédios urbanos e 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, é uma proposta não ajustada à realidade do Concelho, pelo que não poderemos votar favoravelmente. -----

----- Temos de referir também, a atitude dos Presidentes de Junta de Freguesia, que em 2007 permitiram que este Executivo aprovasse a proposta de Taxas do IMI para 2008, esperamos que o vosso voto favorável se tenha convertido em obras e mais valias significativas nas vossas Freguesias, pois para o Concelho em geral e aparentemente, não se verificaram ganhos infraestruturais significativos, contudo e devido à vossa votação, a população do Concelho teve um encargo acrescido, num dos anos de maior crise a nível nacional e mundial.” -----

----- O que nós julgamos ter de ser julgado e avaliado, tendo em conta a proposta do Senhor Presidente da Câmara e os considerandos que faz, é a má gestão dos dinheiros públicos, que este Executivo Socialista pratica, ao mesmo tempo que quer continuar a aumentar receitas desproporcionadas em relação ao aumento do nível de vida dos munícipes, que atendendo à conjuntura nacional, e às políticas do Governo Socialista, tem vindo a baixar, como tal, não podemos deixar de referir, as obras públicas, onde os impostos pagos pela população do Concelho, continuam a não ser bem aplicados, nomeadamente: -----

----- É visível nas obras da Central de Camionagem que continuam paradas;-----

----- É visível também nos atrasos e polémicas que o Observatório do Sobreiro e da Cortiça passou e continuam a passar;-----

----- Bem como no Parecer e no Relatório do Tribunal de Contas 15/2008, que reprova os trabalhos a mais na zona do Rossio, sem concurso público; -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- Ou os atrasos visíveis para todos, no arranque do regular e efectivo funcionamento do Emissário e Etar da Vila de Coruche;-----

----- Ou de referir ainda, o Quartel dos Bombeiros, que fundamental, já esteve previsto no PPI, o Senhor Presidente da Câmara até já anunciou que as verbas estão disponíveis, mas a obra não sai do papel.-----

----- Acreditamos que são os custos, duma má gestão, que prejudicam o Município, e limitam a sua capacidade de investimento, pelo que, não aceitamos que os coruchenses paguem ainda mais para compensar este desgoverno, não acreditamos que se devam aumentar as receitas pelo aumento de impostos, o que infelizmente para a população do Concelho, este Executivo, tal como o Governo, defendem.-----

----- Como referimos em 2007, o Grupo Municipal do PSD, tem a convicção de que baixar as Taxas do IMI, para 0,6 nos prédios urbanos e 0,3 nos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, pode servir de incentivo à fixação no Concelho, pois marca a diferença em relação aos Concelhos vizinhos, ao mesmo tempo, que tendo em conta a boa situação financeira do Município, não interfere com os investimentos necessários ao desenvolvimento do Concelho.-----

----- De referir também, que a proposta do Senhor Presidente da Câmara, não reflecte as preocupações expressas publicamente pelo Governo e pelo Senhor Presidente da República.-----

----- Por um lado, o Senhor Primeiro Ministro prometeu aos portugueses, durante o Verão, que iria baixar o IMI, o que pelos vistos, o Senhor Presidente da Câmara não ouviu ou então não está solidário nem com o Governo Socialista nem com os portugueses, prejudicando dessa forma a população do Concelho de Coruche.-----

----- Por outro lado, já mais recentemente, o Senhor Presidente da República, também se mostrou preocupado com os portugueses e a sua situação económica, referindo-se em concreto à fiscalidade que neste momento suportam, poder vir a agravar o desequilíbrio orçamental das famílias.-----

----- Nos últimos dias, também os líderes mundiais, têm referido que a crise económica e a situação das famílias, se vai agravar nos próximos tempos, mas também a estas preocupações, o Senhor Presidente da Câmara não deu ouvidos.-----

----- Pela proposta hoje apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, percebemos também, que os apelos do Senhor Primeiro Ministro e do Senhor Presidente da República, não foram atendidos, pelo que, também o Grupo Municipal do PSD, apela ao Senhor Presidente da Câmara e ao Grupo Municipal do PS, que se tornem socialmente responsáveis e se solidarizem com os habitantes do Concelho, retirando esta proposta e aceitando a recomendação que o Grupo Municipal do PSD faz.”-----

----- A Vogal Isabel Ferreira referiu: Primeiro de tudo, as taxas quando são apresentadas já são

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

apresentadas por técnicos que percebem do assunto e sabem o que estão a fazer.-----

----- Acho que quando se debate uma situação destas, é importante votar em consciência, analisar a conjuntura económica actual e o que se prevê que vá ser o futuro. -----

----- Se considerarmos as dificuldades que existem no crédito à habitação e outras, que as famílias estão a atravessar, não é por menos 0,1%, e eu falo por mim, quando fui comprar casa noutra Concelho, não me preocupei se a taxa era de 0,6% ou 0,7%, preocupei-me com a criação de emprego e a qualidade de vida que iria ter. Um cidadão que paga 0,6% paga necessariamente 0,7% e não me venham dizer o contrário. -----

----- Muitas vezes é necessário penalizar determinadas situações para beneficiar outras e se a Câmara não tiver autonomia financeira, e há aqui pessoas na área que entendem aquilo que eu estou a dizer, jamais na vida irá receber fundos do Quadro de Referência Estratégico Nacional. --

----- É mais importante para o Concelho penalizar os munícipes de um valor percentual pequeno, do que deixar de poder atribuir determinados benefícios. -----

----- Parece-me uma proposta justa e amplamente estudada por técnicos com conhecimento na área. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar afirmou: Quero concordar a 100% com o que disse a Vogal Isabel Ferreira se as propostas viessem de técnicos com conhecimento na área, nós acreditávamos que não eram estas, daí esta proposta ser do Senhor Presidente da Câmara e não da Divisão Administrativa e Financeira, conforme já referimos na nossa intervenção.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Gostava de dar alguns esclarecimentos ao Vogal Francisco Gaspar, e desde já descansá-lo de que não há conflito nenhum entre o Presidente da Câmara e a Divisão Administrativa e Financeira e recordar-lhe que a última proposta que veio à Assembleia, em Novembro do ano passado, também já vinha subscrita pelo Presidente da Câmara. Pode estar absolutamente seguro que os considerandos que aqui estão, são considerandos de ordem técnica, feitos pelo Dr. José Domingos, que eu subscrevi por inteiro e depois apresentei a proposta à Câmara, como é normal e legítimo. -----

----- Acusar de má gestão a Câmara, sem fundamento, é um princípio crítico e é normal em política sermos sujeitos a críticas. No entanto, rejeito-a e deixo esta pergunta no ar: Quem propõe que em vez de aumentarmos a receita devemos baixá-la e substituir essa possível receita pela contracção de empréstimos, será que é uma boa gestão? O Senhor Vogal Francisco Gaspar já mais que uma vez aqui sugere isto, se a Câmara tem tão boa capacidade de endividamento, em vez de aumentar a receita, porque é que não contrai empréstimos. Isto é que é de facto uma má gestão, abdicarmos da receita e depois irmos comprar dinheiro, ou seja, deixamos de receber dinheiro através da arrecadação de impostos e depois vamos contrair um empréstimo, na minha opinião, que sou leigo nesta matéria, não sou especialista em gestão nem tenho tal pretensão. ----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- Gostaria de recordar que, baixar um ponto percentual, tem um impacto grande na arrecadação de receitas, de 0,7% para 0,6% significa perder 15% e de 0,4% para 0,3% significa perder 25%.-----

----- Foram feitas aqui considerações que são de carácter demagógico, dizer que a Câmara quer arrecadar receita mas, por outro lado, apoia os touros ou as festas. É política desta Câmara apoiar actividades tradicionais e algumas delas com touros, é claramente uma actividade que a nós nos motiva apoio, e não vamos deixar de seguir esses princípios, independentemente do valor final da receita que conseguimos concretizar.-----

----- A nossa preocupação com este imposto é fazer justiça, o imposto é cobrado a alguns e depois é distribuído por todos e é para quem tem alguns bens. Não são ainda todos os munícipes deste Concelho que têm bens, há milhares de munícipes que não têm casa própria nem imóveis, mas serão beneficiários do contributo daqueles que têm e aqueles que têm, não sendo ricos, significam ter algum poder económico. Está-se a redistribuir a riqueza através da cobrança de um imposto, é normal em qualquer país a cobrança de impostos e a aplicação dessa receita em obras públicas ou iniciativas públicas, seja das Câmaras ou dos Governos.-----

----- Fique descansado Senhor Vogal Francisco Gaspar que não há nenhum conflito com o Primeiro Ministro. Aprecio imenso a sua adesão às propostas do Primeiro Ministro. Quem sabe se não teremos, no futuro, alguém que se vai solidarizar ou aproximar do Primeiro Ministro, José Sócrates, cá estaremos para observar. É só um aparte, é evidente que não se espera tal do Vogal Francisco Gaspar, mas, fica-lhe bem reconhecer a justeza de algumas posições do Primeiro Ministro.-----

----- O Vogal Valter Peseiro referiu: Falou-se aqui que uma possível redução das taxas deste imposto levaria a uma redução das receitas. Numa redução como foi proposta, qual eram os investimentos que corriam o risco de não se concretizar?-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Isso é como perguntar uma coisa qualquer. O ano passado, a receita foi de um milhão trezentos e cinquenta e dois mil euros, este ano, se a receita for só um milhão de euros, perdemos trezentos e cinquenta e dois mil euros, ou seja, com esses trezentos e cinquenta e dois mil euros conseguimos fazer obra no valor de um milhão de euros, porque trezentos e cinquenta e dois mil euros são cerca de 35% de um milhão de euros, mas, se não tivermos esses trezentos e cinquenta e dois mil euros, não conseguimos fazer obra no valor de um milhão de euros, perdemos um investimento no valor de um milhão de euros, é tão simples quanto isto.-----

----- Quanto às obras que se vão fazer ou não, não sei, ainda não aprovamos o Plano de Actividades para o próximo ano.-----

----- O Vogal Valter Peseiro salientou: Pode ou não haver risco?-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- O Vogal Francisco Gaspar afirmou: O ano passado, a Câmara não fez nenhuma obra de um milhão trezentos e cinquenta e dois mil euros.-----

----- O Presidente da Câmara afirmou: A Câmara não fez nenhuma obra desse valor? Essa é boa!-----

----- A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dois.-----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com quinze votos a favor (treze dos Vogais do PS e dois dos Vogais Joaquim Paulino e Francisco Godinho da CDU), dez votos contra (sete dos Vogais da CDU e três dos Vogais do PSD) e duas abstenções dos Vogais José Carço e Ilídio Serrador da CDU, ao abrigo do Artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixar as seguintes taxas do IMI para 2009:-----

----- Prédios Urbanos - 0,7%;-----

----- Prédios Urbanos Avaliados nos termos do CIMI - 0,4%.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- O Vogal Armando Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “O meu voto contra tem a ver sobretudo com a discordância profunda perante a argumentação que aqui é trazida para fundamentar esta proposta, quando depois na redistribuição dos recursos financeiros do Município os critérios são aqueles que criticámos, tudo para touros, touradas e mais as Festas.-----

----- Isto não é uma política correcta. É contra esta política, é contra este tipo de gestão que nós estamos, daí que não podíamos votar de outra maneira.-----

----- Quem vota a favor, quem viabiliza esta proposta, assume naturalmente essa responsabilidade e, portanto, estará bem com a sua consciência.”-----

----- O Vogal Joaquim Banha apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “Eu voto a favor desta proposta porque permite de facto mais investimento, pois, com este dinheiro e o que há-de vir da Comunidade Europeia, consegue-se ir mais além.-----

----- Em termos de apoiar ou não touradas, só quem não é daqui é que não sente os toiros. Anteriormente, era eu Vereador, apoiamos corridas de toiros, com a CDU a presidir à Câmara Municipal e não foi só uma, foi mais que uma.”-----

----- O Vogal Francisco Gaspar apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “Votámos neste sentido, pelas razões que justificámos.-----

----- Quem possibilitou a aprovação destas taxas tem de ser responsabilizado politicamente, e não o deixaremos de fazer, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e todos os Vogais desta Assembleia que votaram favoravelmente esta proposta. Sinceramente, espero que consigam levar para as suas Freguesias as obras que pretendem, pois, estão claramente a prejudicar todos os munícipes do Concelho.”-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- A Primeira Secretária referiu: É de lamentar a falta de respeito para com as pessoas que estão a fazer declarações de voto, ninguém disse que era intervalo e já se levantaram vários Vogais, inclusive o Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: É uma característica do Senhor Presidente da Câmara.

----- Seguidamente procedeu-se a um intervalo pelas vinte e três horas e vinte e cinco minutos.

----- Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e três horas e quarenta minutos. -----

----- **PONTO TRÊS - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE BENEFÍCIOS FISCAIS AO INVESTIMENTO NESTLÉ WATERS DIRECT PORTUGAL - COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.:-** Foi presente o ofício n.º 9338 de 12 de Setembro de 2008 da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de 10 de Setembro de 2008, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta. -----

----- A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Três por parte do Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara referiu o seguinte: -----

----- Estamos perante um pedido apresentado pela Nestlé e de alguma forma subscrito pelo AICEP Portugal Global, que é quem faz a atracção do investimento do estrangeiro em Portugal. -

----- A Nestlé pretende construir uma unidade produtiva para o engarrafamento de água na Freguesia da Lamarosa, concretamente em Ovelhas, cujo investimento representa em termos de custos iniciais sete milhões de euros e propõe-se, a partir de Abril, ter a fábrica a funcionar com trinta ou quarenta postos de trabalho directos que podem aumentar depois dos primeiros anos de laboração.-----

----- Penso que o facto de uma multinacional com prestígio como é a Nestlé ter apostado no Concelho de Coruche, dá outra visibilidade e pode despoletar esse efeito no sentido de atrair outros investimentos.-----

----- Em termos de impactos indirectos, concerteza que este investimento situado no Concelho de Coruche, vai proporcionar postos de trabalho indirectos, nomeadamente, a necessidade de ter algumas oficinas que façam a reparação e a montagem dos componentes das dezenas de milhares de máquinas de água distribuídas pelo país, que quando há avarias recolhem à fábrica e serão reparadas em oficinas exteriores. Além disso o impacto no comércio, na restauração, combustíveis, etc., há-de ser evidente com uma multinacional destas a trabalhar no Concelho. -----

----- A proposta que apresentei à Câmara foi aprovada por maioria, com seis votos a favor e um voto contra, e foi no sentido de isentarmos do pagamento de IMI a Nestlé nos dois primeiros anos de laboração, em princípio 2009 e 2010. Se me perguntarem o que é que isto representa em termos de valores efectivos, neste momento, ninguém sabe, porque a obra ainda não está con-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

cluída e o imóvel não está avaliado pelas Finanças e, portanto, qualquer valor é pura especulação. -----

----- Em termos de afirmação deste investimento, é importante para o seu equilíbrio financeiro, que nos primeiros anos de exploração haja incentivos fiscais, que de alguma forma permitam um retorno ao investimento feito por esta multinacional. -----

----- O investimento é feito no Concelho de Coruche mas poderia ter sido noutros Concelhos, pois, a Nestlé também fez sondagens noutros Concelhos aqui à volta, mas optou pelo Concelho de Coruche e ainda bem que fomos nós os preferidos. O investimento esteve comprometido a certa altura, a Nestlé Suíça, tinha intenção de não o realizar e depois numa outra fase pôs a hipótese de ser feito em Espanha. A maior parte destas multinacionais têm uma direcção Ibérica sediada em Madrid e os gestores portugueses têm um peso relativamente pequeno face à componente Ibérica, mas as coisas acabaram por resolver-se a favor do Concelho de Coruche. -----

----- Parece-me legítimo que a Nestlé avance com este pedido e que a Câmara e a Assembleia possam corresponder a essa mesma solicitação, daí que eu proponho que seja por um prazo de dois anos. -----

----- Poder-se-á perguntar porquê isentar uma multinacional. É evidente que uma multinacional cria postos de trabalho e desenvolve a economia do Concelho e como tal cumpre os desideratos que colocamos como fundamental para que uma empresa se instale no Concelho de Coruche.

----- Recordo que as empresas que se instalaram na Zona Industrial do Monte da Barca e do Couço ou na Zona Oficial da Lamarosa, pagaram os lotes de terreno a cinquenta cêntimos ou pouco mais, o que significou de facto um incentivo enorme, nalguns casos, superior à isenção do IMI nos dois primeiros anos. -----

----- No caso da Nestlé, o terreno foi adquirido pela empresa ao privado, o que significa impostos que ficam no Concelho. Não houve até agora qualquer tipo de incentivo cedido pela Câmara à empresa, se a empresa se instalasse na Zona Industrial certamente que esse incentivo seria feito logo à cabeça com a cedência do terreno a um preço simbólico como temos feito com a maioria das empresas. -----

----- Queria apelar à Assembleia que reitere aquilo que a Câmara aprovou. -----

----- A Presidente da Assembleia agradeceu a exposição efectuada pelo Presidente da Câmara e de seguida deu a palavra aos Vogais. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Ao ouvir o Senhor Presidente da Câmara, fiz uma viagem ao passado, quando isentamos de taxas de construção a Estalagem do Sorraia e os dois campos de futebol, em Santa Justa, no valor de dois mil contos, estamos recordados? Alguns de nós estávamos aqui e a argumentação era a mesma. -----

----- Creio que todos consideramos que a criação de postos de trabalho no Concelho que é

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

importante, sobretudo na conjuntura actual, mas daí a poder concordar com a afirmação que é uma bênção para o Concelho de Coruche a instalação da Nestlé, em Ovelhas, acho que é um disparate.-----

----- A Nestlé é uma poderosíssima multinacional, portanto, para mim o que levou a Nestlé a instalar-se no Concelho de Coruche, não foram os nossos lindos olhos ou as isenções e benefícios fiscais proporcionados pela Câmara, não foi por esta razão seguramente, a Nestlé não é uma pequena empresa, não precisa disso. É evidente que optaram por Coruche porque foi aqui que encontraram os recursos aquíferos, que do ponto de vista da multinacional em quantidade e qualidade mais lhe interessam.-----

----- Posso dizê-lo aqui, não é nenhuma inconfidência, eu próprio falei com o anterior Director Geral da Nestlé, Dr. Victor Martins, que trabalha na fábrica da Amora, há cerca de ano e meio e ele explicou-me que as razões da escolha de Ovelhas, é porque é uma zona de charneca e montado de sobro e foi lá que encontraram aquilo que ele chama “um penico de água” com uma grande dimensão, com recursos imensos e de boa qualidade que não encontraram noutros sítios. Estas são as razões porque a Nestlé se instalou no Concelho de Coruche.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que ainda não é possível quantificar os valores do IMI. Eu pergunto: É justo que aprovemos esta proposta sem saber que valores estamos a isentar de IMI? Eu ainda percebia, e até teria alguma lógica, que a Nestlé solicitasse algumas isenções quanto às taxas de licenciamento, agora, isentar a Nestlé de um imposto que nem sequer é devido!-----

----- Segundo disse o Senhor Presidente da Câmara, a fábrica, entretanto, vai ser construída e em Abril entra em laboração e cria os postos de trabalho. O que eu proponho em nome do Grupo Municipal da CDU, é que daqui por um ano, em Setembro, estaremos em condições perfeitas de deliberar da isenção do IMI, por um, dois ou mais anos. Acho que isto é que faz sentido, uma vez que no ponto anterior fizemos a discussão que fizemos.-----

----- A empresa não deixará de investir em Coruche se nós em vez de decidirmos hoje decidirmos em Setembro do próximo ano. Creio que é muito mais transparente, compreende-se tudo muito melhor. Eu não percebo esta pressa de isentar a Nestlé do pagamento de IMI, se a fábrica só vai ser construída em 2009.-----

----- Quando se legislou sobre estes benefícios e isenções fiscais para as empresas, a intenção do legislador não foi de beneficiar as multinacionais, mas para apoiar as pequenas e médias empresas que se instalavam e criavam postos de trabalho.-----

----- Não devemos, como há pouco aqui se falou em relação às questões da saúde, falar e anunciar mundos e fundos e depois as coisas não são assim. A empresa o que diz é que cria alguns postos de trabalho sobretudo para pessoal técnico e de laboratório, são pessoas que vêm

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

de fora, mas, apesar de tudo é importante. Era muito mais sensato que, daqui por um ano, depois da empresa se instalar, isentá-la ou não do pagamento do imposto. -----

----- O Presidente da Câmara salientou: Daqui por um ano é a mesma coisa. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Não, não é a mesma coisa, nós queremos saber qual é o valor da isenção, se são cinco mil euros, é uma ninharia, a Nestlé não precisa, se são dez mil euros. Qual é o valor? Pedir a este órgão deliberativo, com as responsabilidades que tem, que delibere isentar um imposto que não sabe qual é o seu valor? O Senhor Presidente diz que é fundamental esta receita para o Município, que é para distribuir por todos, mas, em relação à Nestlé, a receita do IMI já não é necessária, nem sabemos quanto é que vai ser, mas propõe-se isentar. Vamos saber primeiro quanto é que é e depois isentamos, isto é que é gerir bem e com transparência. -----

----- O Vogal Pedro Boiça proferiu a seguinte intervenção: -----

----- “É evidente que devemos sempre saudar um avultado investimento que possa potenciar um desenvolvimento sustentado do nosso Concelho, que tanto dele precisa. Mas também devemos saber qual a relação custo/benefício entre o Município e a empresa que decide fazer o investimento. E digo decide fazer o investimento, porque neste caso específico, não é do meu conhecimento que tenha sido a Câmara Municipal a fazê-lo promover. -----

----- Mais de que função, é obrigação da Câmara Municipal desenvolver todos os esforços para que este não seja um caso isolado. Que o executivo olhe para o Concelho e faça fomentar as mais valias que temos para oferecer. -----

----- Felizmente, desta vez não foi fundamental a acção da Câmara Municipal de Coruche, porque caso contrário, provavelmente ainda estaríamos à espera, em vias de concretizar, quase, quase a concretizar, o projecto e a obra. Isto porque infelizmente os exemplos são mais que abundantes: Quartel dos Bombeiros, Central de Camionagem, Recuperação dos Paços do Concelho e Observatório do Sobreiro e da Cortiça. -----

----- Não é só preciso ter ideias, apresentá-las, comunicá-las e pintá-las de cores garridas, é preciso executá-las, é por isso, que se chama executivo municipal, mas infelizmente como é fácil de ver não tem sido muito o seu hábito. -----

----- Apresenta projectos, muitos e variados, para todos os gostos e depois por esta, aquela ou outra razão, demora e demora e suspende a concretização. É pena, ganharíamos todos com menos projectos que quase sempre parecem ficar pelo caminho, ou pelo menos tem um caminho estranhamente longo. Estranhamente longo. -----

----- Saudamos pois o investimento promovido pela Nestlé Waters, que soube identificar os nossos bons recursos naturais, esperemos que seja este um incentivo para que a Câmara Municipal de Coruche, os saiba fazer promover.” -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- A Vogal Isabel Ferreira referiu: Primeiro de tudo, fico bastante surpreendida nesta fase do campeonato, qual é a pequena e média empresa que consegue investir sete milhões de euros, digam-me onde isso é possível acontecer neste preciso momento. Gostava que me elucidassem, estou aqui para aprender alguma coisa também.-----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista felicita a Nestlé por ter optado localizar a empresa em Ovelhas.-----

----- A solicitação deste benefício fiscal é algo bastante lógico, legítimo e legal por parte da Nestlé. A única resposta, e sem qualquer margem de dúvida, é o sim à isenção do IMI.-----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista considera este projecto digno de confiança e importante para o Concelho. Poderia vir uma outra empresa, e do ponto de vista ambiental, trazer alguns problemas, mas não é o caso.-----

----- Já foi referido o aspecto social que esta empresa vai trazer, não só do ponto de vista da criação de empregos, como de geração de riqueza.-----

----- O Município vai beneficiar com o imposto de IRS, não de uma forma tão directa como o IMI, bem como da derrama e ainda de taxas e licenças, e não são tão poucas quanto isso, pois, cada projecto que a empresa apresente vai ter de pagar taxas e licenças, e eu não ouvi aqui que a Câmara vai isentar a empresa desse pagamento.-----

----- O produto que esta empresa vai explorar ou produzir não é um produto passageiro, é um produto de primeira necessidade, logo à partida, é dar continuidade à empresa, não é uma empresa que a seguir se vai embora.-----

----- Penso que as Câmaras não devem visar os lucros, mas sim criar condições para os munícipes e para as empresas, só assim se gere riqueza e qualidade de vida.-----

----- Este Concelho não se pode dar ao luxo de passar ao lado de uma prática de apoio ao investimento estrangeiro. Por exemplo, o banco Americano era um grande banco e faliu, não sei onde está a lógica da Nestlé, que é uma multinacional, poder pagar. Cada um sabe de si, até porque era má gestão a empresa ter uma ferramenta à sua disposição e não a utilizar, como é neste caso dos benefícios fiscais.-----

----- A Câmara não irá perder rigorosamente nada com a concessão deste benefício fiscal, muito pelo contrário, pelos motivos que eu atrás já referi, como é a derrama. IRS, IRC, taxas e licenças, tudo isto será um retorno ao investimento que a Câmara está aqui a fazer.-----

----- Há muitas coisas que as pessoas aqui falam de que eu não tenho conhecimento e que dou a mão à palmatória, gostava de saber um bocadinho mais, quando começam a falar do passado, sobre coisas que eu não assisti e que tenho pena de não ter tanta cultura como certas pessoas. No entanto, acho que, as pessoas quando abrem a boca e fazem certas intervenções, também deveriam ter conhecimento de causa um bocadinho maior do que aquilo que dizem. Sei que isto é

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

política, mas não abram a boca, tirem cursos de formação ou tentem esclarecer-se. -----

----- O Vogal António Dias referiu: Eu acho que dois anos até é pouco de isenção do imposto, devia ser mais, porque temos que incentivar as empresas a vir para o Concelho.-----

----- A CDU de Benavente é completamente diferente da CDU de Coruche. A CDU de Benavente cria condições para as empresas se instalarem.-----

----- Seja uma multinacional ou uma pequena e média empresa, seja o que for, que vem criar emprego, nós temos que a ajudar o máximo possível. O Município tem de fazer tudo para que venha esta empresa e venham mais atrás desta. -----

----- É contraditório dizer-se que as multinacionais despedem as pessoas e vão para a Ucrânia e depois quando investem é porque se isenta de IMI, temos de ser coerentes. -----

----- Eu vou votar a favor desta proposta. -----

----- A Presidente da Assembleia pelas zero horas solicitação autorização para a continuação dos trabalhos.-----

----- A Assembleia autorizou a continuação dos trabalhos. -----

----- O Vogal Ernesto Cordeiro afirmou: A minha intervenção vai no sentido de penalizar as propostas de alguns Vogais da bancada da CDU. -----

----- As empresas que vêm para o nosso Concelho são todas bem vindas, com ou sem isenção, quanto mais vierem, mais postos de trabalho são criados. -----

----- Enquanto umas multinacionais fecham ou se deslocam para o estrangeiro, as que vierem para cá são bem recebidas e mais a mais o que esta empresa vem fazer.-----

----- Só não sente isto quem não for deste Concelho, certamente algum Vogal que se manifesta no sentido contrário ao progresso do nosso Concelho é que não sente aquilo que nós sentimos. É as touradas, as empresas multinacionais, os benefícios fiscais para que as empresas se possam instalar, tenho realmente pena que as pessoas não acompanhem a realidade. -----

----- O Vogal Manuel Coelho afirmou: Parece-me que estamos a discutir aquilo que não está aqui em discussão. -----

----- Daquilo que ouvi da parte da bancada da CDU e das outras bancadas, ninguém pôs em causa a questão da localização da fábrica da Nestlé, o seu trabalho e a sua vinda para Coruche. --

----- O que a bancada da CDU procura discutir é a legitimidade ou não desta isenção do pagamento do IMI. A fábrica já está licenciada, vai começar a trabalhar em Abril ou Maio, não há discussão sobre isso. -----

----- O Senhor Presidente disse que lhe parece legítimo que a empresa peça esta isenção, tal como mais pessoas da bancada do PS, e eu digo que acho extremamente ilegítimo que a Nestlé tenha a ousadia de pedir a isenção deste imposto e vou explicar porquê:-----

----- A empresa não vai adubar terreno, não vai deitar semente, apenas vai colher um benefício

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

que é de todos os coruchenses e que ela vem cá explorar “à borliu”;-----

----- A empresa não deixa derrama neste Concelho porque a sua sede é em São João da Talha;-----

----- A empresa vai criar quarenta ou cinquenta postos de trabalho de salário mínimo e nós não podemos contentar-nos com isto. A desgraça deste país são as milhares de pessoas que estão a receber o salário mínimo e não nos podemos contentar com esta triste situação. Faz-me lembrar o que existia, há uma década atrás, em certos países do terceiro mundo, sujeitavam-se a todas as pressões das multinacionais só para que os deixassem manter no poder. Penso que aqui não é o caso, porque tanto eu como o Senhor Presidente da Câmara, provavelmente, estaremos nos termos dos nossos mandatos, eu por opção própria e o Senhor Presidente porque os eleitores assim o vão decidir e daí a oportunidade desta carta do Senhor Alexandre Carreteiro, que também não acredita que o Presidente da Câmara seja reeleito, senão não pedia agora a isenção do IMI, mandava a carta daqui por um ano.-----

----- O Senhor Presidente sabe que isentou a empresa Amorim do valor de taxas em cerca de cinquenta mil contos. Sabe para que serviu esse dinheiro? Para comprar máquinas para suprimir postos de trabalho.-----

----- O Presidente da Câmara questionou: Então não se deve comprar máquinas?-----

----- O Vogal Manuel Coelho referiu: Não as comprem com o dinheiro da Autarquia, comprem-nas com o dinheiro deles, porque não precisam.-----

----- Quando se está aqui a isentar, acho que, é negativo, é uma submissão a estas multinacionais. Não é por isso que as empresas deixam de vir para cá, as empresas têm de vir para cá pelo valor que têm e não pelos benefícios que a Câmara lhes dá à custa dos dinheiros dos munícipes. -

----- Se o Senhor Presidente da Câmara, anteriormente, defendeu que o IMI era fundamental para a gestão da Câmara, como pode agora para uma empresa destas achar que é legítimo a isenção deste imposto?-----

----- A empresa vai explorar um bem que é de todos nós, que é deste Concelho e não deixa cá um tostão e é isso que está aqui em causa, ninguém falou nada contra a empresa, agora não concordamos que se esteja a isentar de IMI quem não precisa, isto é dar esmolas aos ricos. Obviamente que vou votar contra.-----

----- A Presidente da Assembleia afirmou: Se os Senhores Vogais continuarem a comportarem-se como “criancinhas do Jardim de Infância” eu suspendo imediatamente a Assembleia. Este tipo de comportamento não é de gente adulta e inteligente.-----

----- O Vogal Ernesto Cordeiro referiu: Dá-me licença Senhora Presidente.-----

----- A Presidente da Assembleia referiu: Não dou licença, quando chegar a sua vez tem a palavra.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- O Vogal Ernesto Cordeiro afirmou: Queria-me referir às palavras que a Senhora Presidente disse, porque cada vez que abre os olhos e fala dessa maneira, volta-se para a bancada do PS.-----

----- A Presidente da Assembleia salientou: Volto-me para todos e dirijo-me à Assembleia e a Assembleia são todos os Vogais aqui presentes.-----

----- O Vogal Joaquim Banha referiu: Primeiro de tudo, quero chamar a atenção que tenho idade de avô e não de criança. Penso que a Senhora Presidente tem de arranjar termos diferentes para poder dirigir, como deve ser, a Assembleia Municipal.-----

----- Não percebo de facto a política económica da CDU. Quem anda nisto há muitos anos, tem história, e quando o PCP/CDU geria esta Câmara isentava de impostos as empresas que se instalavam, temos exemplos, da ITS e outras. Hoje, aqui dl'rei por se estar a isentar de impostos, esqueceram-se. Passamos a vida a estar sempre do contra, nem para ajudar os municípios que precisam de emprego.-----

----- Vamos ter aí o aeroporto próximo e, neste raio de acção, que venham mais empresas e que a Câmara e a Assembleia tenham o bom senso para as isentar de alguns impostos. Então não é uma proposta interessante? Penso que sim! De facto só se está contra porque hoje é o PS que está na Câmara. Anteriormente, eu votei a favor com a CDU, porque queria que viessem mais empresas para o Concelho.-----

----- Que isto fique só por aqui, que os empresários não saibam que há quem não quer que as empresas beneficiem deste direito que lhes assiste. Porque não, quando se está a fazer um investimento de sete milhões de euros? Não é de facto interessante que se crie aqui algum incentivo? São estas empresas que vão transmitir às outras para que se venham instalar.-----

----- Penso que estamos no bom caminho e, meus amigos, companheiros ou camaradas, tenhamos o bom senso de aprovar esta proposta, e devia ser por unanimidade, para que amanhã apareçam mais empresas.-----

----- O Vogal Artur Salgado afirmou: Gostaria de reavivar a memória dos Vogais da CDU, que em parte já foi avivada pelo Vogal Joaquim Banha, relativamente à ITS, mas, se recuarmos mais um tempo, ainda se chamava contribuição autárquica, era Presidente da Câmara o Senhor Manuel Brandão, também se isentou, se calhar dez vezes mais estes dois anos de imposto, a fábrica do Senhor Amorim e, na altura, recordo-me que alguém, não da CDU, nem do PS, mas do PSD, dizia “que o Presidente da Câmara da CDU isentou de impostos o Senhor Amorim porque depois vai ser secretário dele na administração da fábrica”, portanto, temos de ter alguma coerência.-----

----- Nós somos pelo desenvolvimento do Concelho.-----

----- No plano moral e pessoal talvez custe acreditar que eu pago contribuição e o outro está

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

isento, mas não é de livre vontade, são regulamentos internos, são disposições legais e que os dois anos, oxalá, possa ser factor de prorrogação por mais dois anos.-----

----- Não é por a Câmara isentar dois anos que o Concelho vai ficar mais pobre, oxalá, que atrás dos cinquenta empregos venham mais. É pena que não haja gente com dinâmica no nosso Concelho e no país e que aproveite os nossos recursos.-----

----- Temos de ser coerentes, não dizer que concordamos e ao mesmo tempo discordamos do prazo e esperamos para o ano.-----

----- A Vogal Isabel Ferreira referiu: Eu tenho muito respeito pela Senhora Presidente, mas não posso admitir que fale assim para mim.-----

----- Quando estamos a dirigir reuniões, se fervemos em pouca água, existem mecanismos que nos ensinam a conduzir reuniões. Às vezes, o que se está a dizer é tão sem nexos, que nos leva a ter estas reacções, peço imensa desculpa.-----

----- A Presidente da Assembleia salientou: Quando a Vogal Isabel Ferreira for Presidente desta Assembleia Municipal também vou gostar de a ver dirigir reuniões.-----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Não desvirtuemos aquilo que aqui foi dito quando se fala em coerência. É evidente que tem de haver coerência e nós defendemos que haja coerência.-----

----- Estamos a falar sobre um imposto municipal sobre imóveis que alguns cidadãos pagam para distribuir por todos e estamos já a decidir isentar a empresa Nestlé de um imposto que ainda não deve. Daqui por um ano é que estamos em óptimas condições para deliberar sobre essa isenção, nessa altura, já podemos quantificar qual o valor da isenção, pois o problema é o da transparência para com o cidadão comum.-----

----- Deve ser feito um esforço para captar investimento, mas tem que haver também regras. --

----- Não podemos em nome do investimento deixar de defender os interesses do Município. O Presidente da Câmara, os Vereadores e nós na Assembleia o que estamos a decidir não é sobre o nosso dinheiro é do dinheiro de todos os municípios e temos de prestar contas e tem de haver aqui alguma ética. Ninguém está a pôr em causa que no tempo da CDU não houve apoios, houve, mas com regras e transparência e não como aconteceu recentemente em que a Câmara deliberou, por maioria, pagar trinta e nove mil euros ao empreiteiro com quem tem o processo em Tribunal da Estação Central de Camionagem e a CDU contestou a legitimidade e a legalidade de pagar aquele valor, isto é, não aceitamos uma política para os fortes de mãos largas e para os mais fracos de unhas de fome.-----

----- O Vogal Valter Peseiro referiu: Acho que todos os investimentos que vêm para o Concelho são importantes para o desenvolvimento.-----

----- Penso que, ao longo da discussão quer deste ponto quer do anterior, na bancada do PS há

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

uma incoerência de discurso, isto é, a diferença de uma centésima ou não, faz muito impacto no desenvolvimento do Concelho e noutros casos não interessa o valor. Não é importante sabê-lo? Nas nossas casas tomamos decisões sem saber o impacto que elas têm? Não sabemos quanto é, mas achamos que é bom e vamos tomar uma decisão? Quando essa decisão se poderá aguardar mais um tempo sem qualquer prejuízo nem para esta empresa nem para este projecto. Diz o bom senso que se queremos ser responsáveis devemos agir desta forma.-----

----- Na minha opinião, sim o investimento, sim analisar a isenção.-----

----- Se para as multinacionais estes benefícios são importantes, também todos os contribuintes que estão neste Concelho ou que pretendem vir para este Concelho gostam de ter benefícios, porque estamos a falar, em ambos os casos, de impostos.-----

----- Para as multinacionais, concordo que o imposto seja significativo, assim como para mim o imposto também é significativo, não interessa se é pouco ou muito, as coisas não se podem medir na mesma forma, daí eu achar que o bom senso leva a que nós aguardamos algum tempo até conhecermos a realidade da isenção. Não quer dizer que não concorde com a isenção, concordo com a isenção, mas gostaria de saber o montante que vamos isentar, para saber também comparar o impacto do decréscimo da taxa que discutimos no ponto anterior com a isenção desse mesmo imposto, porque ambos são importantes, podem contribuir para o desenvolvimento do Concelho, são ambas receitas do Município. -----

----- O Vogal Ernesto Cordeiro afirmou: A minha intervenção é no sentido de apelar ao bom senso das pessoas, especialmente da bancada da CDU, por uma razão muito simples, sabemos que quando as pessoas fazem a compra de um terreno, as isenções são concedidas, normalmente, por dez anos. -----

----- Foi aqui alvitrada a hipótese de também haver para a Agolada de Cima uma isenção. Se formos ver a Agolada de Cima deu à Câmara e à Junta de Freguesia uma quantidade de hectares de terreno para fazer um campo de futebol e o cemitério novo. Muitas vezes, as pessoas falam sem conhecimento ou para induzir as outras em erro. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Gostava de dar uma explicação sobre duas questões que foram aqui tratadas e que me parecem que têm de ser aclaradas: -----

----- Uma tem a ver com uma afirmação feita pelo Vogal Manuel Coelho e que não corresponde à verdade, é dizer que em relação à derrama o Município de Coruche não vai beneficiar porque a empresa tem a sede em São João da Talha. A lei foi alterada e a derrama é correspondente ao número de trabalhadores que a empresa tem no Concelho, ou seja, pode ter a sede em São João da Talha, mas paga a derrama em Coruche pelo número de trabalhadores da fábrica.-----

----- Penso que ficou aqui bem evidente, depois da intervenção do Vogal Manuel Coelho, que efectivamente o discurso inicial do Vogal Armando Rodrigues não era completamente claro,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

pois a forma como se manifestou favoravelmente à posição do Vogal Manuel Coelho, fica claro que a sua posição não é adiar isto por um ano, o que ele gostava que triunfasse é que esta isenção nunca se concretizasse, porque nas palavras do Vogal Manuel Coelho, o problema são as multinacionais e a exploração dos trabalhadores e o Vogal Armando Rodrigues foi o único da bancada da CDU que aplaudiu veementemente e quando pretende adiar com aquela convicção que o Vogal Manuel Coelho dizia que o PS vai perder a maioria e que esta Assembleia terá eventualmente outra maioria, então não apoiaremos nada para esta multinacional. -----

----- Gostava de dizer ao Vogal Manuel Coelho que quem isentou o Grupo Amorim ou outra qualquer empresa do não pagamento de taxas, não foi o Presidente da Câmara, foi a Câmara, o Presidente da Câmara não tem esse poder. -----

----- O Vogal Pedro Boiça misturou aqui coisas que não tem nada a ver umas com as outras. Vem dizer que o Município saúda o investimento privado, mas que não tem nada a ver com isso, estes investimentos não são apoiados nem incentivados pelo Município. É evidente que não é assim. Gostaria de fazer o historial mas, o Vogal não está interessado nisso, e não vale a pena dizer quantas horas passamos, eu, o Presidente da Junta de Freguesia da Lamarosa e técnicos da Câmara, para promover este investimento e as vicissitudes por que passou durante meses até se concretizar em Coruche. -----

----- Gostava que o Vogal Armando Rodrigues explicasse o que é que a Estalagem do Sorraia tem a ver com isto, quando refere que em 2004 a isentamos. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Posso explicar, é que o valor de que isentamos a proprietária da Estalagem do Sorraia, em dois mil contos, em relação à construção daqueles dois campos de futebol, do meu ponto de vista, não se justificava, porque havia outros campos de futebol e hoje não estão rentabilizados. -----

----- A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Três. -----

----- A Assembleia deliberou por, maioria, com dezassete votos a favor (doze dos Vogais PS, três dos Vogais do PSD e dois dos Vogais Joaquim Paulino e Francisco Godinho da CDU), seis votos contra dos Vogais da CDU e quatro abstenções (três dos Vogais José Carçoço, Valter Peseiro e Ilídio Serrador da CDU e uma do Vogal Mário Ribeiro do PS): -----

----- Declarar o interesse municipal do projecto de investimento que a empresa Nestlé Waters Direct Portugal pretende desenvolver no Concelho de Coruche, para efeitos da alínea b) do Artigo 4.º do Decreto-Lei N.º 409/99. -----

----- Que o benefício fiscal se refere ao IMI e que se deverá materializar numa isenção total temporária, a vigorar nos primeiros dois anos de laboração da Unidade Produtiva de Coruche. ---

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- O Vogal Rui Aldeano apresentou a seguinte declaração de voto: -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- “Não ficava bem comigo próprio se não tivesse votado assim, nem bem para com Coruche, por muito que eu não goste de touradas, gosto de Coruche.-----

----- Acho que é vergonhoso e queria salientar isto perante a Assembleia que nos recusemos a reduzir a taxa de IMI aos coruchenses, que muitos deles têm um salário de 500 euros ou menos, argumentando que quem tem uma casa é porque tem algum poder de compra, não foi propriamente por estas palavras, mas foi o que se quis dizer, e a seguir isenta-se uma multinacional que não lhe faz falta nenhuma o dinheiro da isenção, mas que irá fazer falta à Autarquia.-----

----- Nunca poderia concordar com isto, porque não me parece justo que sirva como moeda de troca assim uma taxa, porque uma multinacional que se instala numa região e neste caso em Ovelhas, não é para aparecer num Boletim Municipal em forma de comprimido, não é pelos lindos olhos do Senhor Presidente, mas sim pelo valor da matéria prima, neste caso a água que daqui a uns anos ainda nos poderá vir a fazer falta.-----

----- Penso que vai contra aquilo que é a soberania nacional, quando um povo se afirmou em Abril pela soberania nacional e se agacha agora perante uma multinacional.-----

----- Por fim, que o PS esteja consciente do que acabou de aprovar e se o trabalho for precário que venha a assumir isto perante os trabalhadores coruchenses.”-----

----- O Vogal Mário Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- Da minha bancada fui a única pessoa que se absteve e gostava de explicar o seguinte:-----

----- Houve uma coisa que eu percebi no discurso da bancada da CDU, o Senhor Manuel Coelho dizia que iam ali buscar água, mas esqueceu-se de falar que essa água é um bem que é de todos, localizaram-se ali e vão fazer essa extracção.-----

----- Há uma preocupação que eu tenho no futuro, relativamente a lençóis freáticos, abastecimento de água de poços e de furos ali à volta, que tivessem uma monitorização e que houvesse o acompanhamento da situação, para não suceder o que sucedeu com a ITS Marques, os impactos ambientais que causou às populações.-----

----- É este o meu sentido de abstenção, mas também fico satisfeito por haver este investimento no Concelho de Coruche para que se crie mais empregos.”-----

----- O Vogal Francisco Gaspar apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “O Grupo Municipal do PSD considera ser importante que se instalem empresas multinacionais no Concelho, não só porque criam postos de trabalho directos, mas também, para além dos ordenados que pagam, têm planos de remunerações variáveis que complementam os ordenados, têm seguros de saúde e outros extensivos às famílias e digo isto enquanto funcionário de uma multinacional.-----

----- Acho que é estranho e incoerente vir agora um Vogal da CDU referir-se novamente à aprovação das taxas de IMI, quando foram os Vogais da CDU que possibilitaram essa apro-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

vação.” -----

----- **PONTO QUATRO - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO:-** Foi presente o ofício n.º 9417 de 15 de Setembro de 2008 da Câmara Municipal de Coruche, anexando a Proposta de Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Extraordinária de 15 de Setembro de 2008, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta. -----

----- A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quatro por parte do Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara referiu o seguinte: -----

----- É uma obrigação legal a criação da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. Este agrupamento de Municípios já vai na terceira designação. Começou por ser Associação de Municípios da Lezíria do Tejo e, mais tarde, durante o consolado do PSD e por sugestão do Secretário de Estado, Miguel Relvas, passou a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo e agora a nova legislação obriga a uma designação um pouco diferente, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. -----

----- Nos próximos dias ocorrerão reuniões nos onze Municípios para aprovação destes novos Estatutos e, em princípio, no próximo mês de Outubro, haverá, em simultâneo, uma Assembleia Extraordinária, de modo a serem eleitos os representantes de cada Concelho na Assembleia Intermunicipal, a qual vai ter uma composição um pouco diferente em número de representantes.

----- A Presidente da Assembleia agradeceu a exposição efectuada pelo Presidente da Câmara e de seguida deu a palavra aos Vogais. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar proferiu a seguinte intervenção: -----

----- “No seguimento da entrada em vigor da Lei N.º 45/2008, que estabelece um novo regime jurídico do associativismo municipal, é necessário esta Assembleia pronunciar-se sobre a aprovação dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Estatutos estes, que estão no seguimento da reforma administrativa, que levou ao reforço do associativismo municipal, levada a cabo pelo PSD em 2003, através das Leis N.º 10/2003 e N.º 11/2003, que instituíram por exemplo a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, da qual o Concelho de Coruche faz parte, no seguimento da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo. -----

----- Na altura votámos a adesão do nosso Concelho à Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, por considerarmos que o Concelho de Coruche, sendo dos mais subdesenvolvidos do Distrito, fruto das gestões desastrosas da CDU e PS ao longo dos últimos 34 anos, poderia por esta razão, ser dos mais beneficiados com o reforço do associativismo municipal.-----

----- Contudo, não podemos deixar de referir, que esta Lei N.º 45/2008, vem no seguimento da

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

reforma da Lei Eleitoral para as Autarquias, que o Partido Socialista pretende levar a cabo e que limita a intervenção dos Presidentes de Junta de Freguesia, nas Assembleias Municipais e consequentemente na gestão dos Municípios, nestes Estatutos, que hoje discutimos, os Presidentes de Junta, são excluídos da eleição dos representantes das Assembleias Municipais na Assembleia da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. -----

----- Esta Lei, em consequência desta limitação do papel dos Presidentes de Junta de Freguesia, que o Partido Socialista, aprovou na Assembleia da República, com os votos contra dos Deputados do PSD, não pode passar sem o repúdio do Grupo Municipal do PSD, que defende e vai continuar a defender intransigentemente o papel fundamental das Juntas de Freguesia no quadro democrático português, bem como dos seus Presidentes, enquanto representantes democraticamente eleitos.” -----

----- Enquanto estava a fazer a leitura da minha intervenção, apercebi-me ouvir alguém dizer: “que não é verdade”. Basta pegar na lei que recebemos e ver o que está escrito, isto é, só podem votar para a Assembleia da Comunidade Intermunicipal os eleitos directamente. Então não estamos a limitar as capacidades dos Presidentes de Junta de Freguesia? Quem diz que não, desconhece em absoluto ou está a tentar branquear a situação. -----

----- O Vogal Manuel Coelho referiu: Isto que se tem passado, de já ser a terceira designação da Associação, é uma questão muito mais vasta, e que nós sempre concordamos, mas que tem sido ignorada, quer na gestão do Governo PSD, quer do PS, que é a Regionalização. -----

----- Estes dois partidos fazem estas conjugações ou estas caldeiradas, se assim se pode chamar, de Municípios que sempre estiveram numa área terem de passar para regiões diferentes, conforme as suas conveniências, de procurarem manter o domínio e o poder sobre estas regiões de forma indirecta e não querem a Regionalização porque poderiam perder o poder que têm hoje.

----- É um caso flagrante, os Presidentes das Juntas de Freguesia não poderem votar para a Assembleia da Comunidade Intermunicipal. -----

----- Supunha que as eleições fossem só no fim do mandato, mas o Senhor Presidente diz que são agora. Os membros da Assembleia da Comunidade Intermunicipal vão ser eleitos em cada Assembleia Municipal pelos Vogais eleitos directamente, acho um bocado difícil eleger cinco membros, com a composição que esta Assembleia Municipal tem, mas pode haver alguém que me saiba explicar. -----

----- Esta lei tem aqui coisas que são difíceis do ponto de vista da democracia e mesmo do ponto de vista de funcionalidade. -----

----- O conhecimento que tenho dos objectivos que se pretende em relação a perpetuar o seu poder, como disse o Deputado Miguel Relvas, vão estar na Assembleia só os grandes partidos, portanto, os pequenos partidos que estavam lá representados vão desaparecer com esta votação. -

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- Penso que é uma lei ainda pior do que a anterior, não vem resolver os problemas dos Municípios e vai trazer alguns problemas de funcionalidade, que não sei como é que depois se vão ultrapassar. O Senhor Presidente da Câmara talvez possa explicar quais foram as conversações com as Câmaras Municipais, a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, a Associação Nacional de Municípios ou outras entidades para a elaboração desta lei, se houve sugestões, se foi simplesmente imposta pelo Governo.-----

----- O que eu acho é que é uma má lei e que vai trazer problemas de funcionalidade a esta nova Comunidade de onze Municípios.-----

----- O Vogal Joaquim Banha afirmou: Acho que isto é resolver uma situação que já vem detrás, que é a Regionalização.-----

----- Quando se pretendia aprovar a Lei da Regionalização, o PSD e o CDS, com os seus argumentos de enganar o eleitorado, de que dividia o país, levou a que as pessoas fossem votar erradamente contra a Lei da Regionalização. Naquela altura não servia, hoje, o PSD já anda a dizer que é necessária a Regionalização. De facto foi a sua falta que levou a ligarmo-nos ao Alentejo.-----

----- Quanto aos Presidentes das Juntas de Freguesia, foi de facto o acordo entre o PS e PSD. -

----- O Vogal Francisco Gaspar salientou: É mentira. O PSD votou contra.-----

----- O Vogal Joaquim Banha referiu: Vocês estiveram de facto de acordo. Você é que é mentiroso.-----

----- O Vogal António Gomes referiu: A grande dúvida que tenho prende-se com o n.º 3 do Artigo 14.º. Pela leitura que faço, estão excluídos os Presidentes das Juntas de Freguesia, diz assim: “A eleição ocorre em cada Assembleia Municipal pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da Assembleia Municipal, eleitos directamente, mediante a apresentação de listas”. Se são os eleitos directamente para a Assembleia Municipal, os Presidentes das Juntas de Freguesia são excluídos, estão cá por inerência.-----

----- Não sei a que se refere “eleitos directamente”. É uma questão de português, pode ter duas interpretações: Será para a eleição da Assembleia ou para a futura constituição? Eu tenho dúvidas, por isso não posso votar.-----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Eu não entendo que seja para excluir os Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

----- O Vogal Joaquim Banha referiu: Claro, não exclui nada.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Não é exclusivo dos membros da Assembleia Municipal.

----- O Vogal Joaquim Banha referiu: Estamos a deturpar. As listas são apresentadas na Assembleia Municipal. Não sabem ler isto.-----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Não é para excluir os Presidentes das Juntas de Fregue-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

sia. Essa interpretação não é correcta. -----

----- O Vogal Joaquim Banha salientou: Pois não. -----

----- O Vogal António Gomes referiu: Eu tenho dúvidas. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Gera confusão, mas a intenção não é essa, “eleitos directamente” tem a ver com as listas. -----

----- O Vogal Joaquim Banha referiu: Exactamente. -----

----- O Vogal Artur Salgado referiu: O n.º 1 do Artigo 8.º, contraria, todos podem ser. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Exactamente, o n.º 1 do Artigo 8.º, esclarece isso, não exclui ninguém. -----

----- Admito que o texto não seja muito perceptível. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Esse Artigo entra em contradição. -----

----- O Vogal Joaquim Banha afirmou: É mediante a apresentação de uma lista à Mesa que depois é eleita. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: As pessoas antes de falarem devem pensar no que dizem, antes de insultarem os outros para se justificarem, e como há aqui um Vogal que diz muitas vezes “se eu falar mais alto oiço melhor”, eu acho que sem falarmos mais altos nos ouvimos, de qualquer forma, se for preciso falar mais alto eu também falo, não tenho problema nenhum. --

----- Para provar que não vim para aqui mentir, vou informar qual foi a posição do PSD sobre este processo, para que não restem dúvidas. Houve votação na Assembleia da República na generalidade no dia 19 de Abril e o PSD votou contra e na especialidade no dia 17 de Julho e o PSD também votou contra. Nós pedimos uma informação escrita, exactamente por causa desta questão que está aqui hoje a ser levantada “eleitos directamente” e a indicação que temos é que “eleitos directamente” se refere aos Vogais que estão na Assembleia Municipal, pois “eleitos directamente” está balizado pelas duas vírgulas. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: O n.º 1 do Artigo 8.º, não exclui ninguém. Eu nunca ouvi essa interpretação na Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Como não entendemos a que se refere “eleitos directamente”, sugeria que pedíssemos um parecer jurídico. -----

----- O PSD na Assembleia da República votou as duas vezes contra esta lei. -----

----- Espero ter esclarecido o Vogal do PS que nós sem falarmos alto nos ouvimos. -----

----- A Presidente da Assembleia referiu: Se lermos o n.º 3 do Artigo 14.º, “eleitos directamente” está entre vírgulas, isto é uma questão de português. Penso que não há dúvida nenhuma que é referente aos Vogais eleitos directamente, portanto, os Presidentes das Juntas de Freguesia estão excluídos. -----

----- O Vogal Joaquim Banha referiu: É a sua interpretação, não é a minha. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- A Presidente da Assembleia referiu: Relativamente à votação de hoje os Presidentes das Juntas não estão excluídos, podem votar os Estatutos. -----

----- Havendo dúvidas quanto “eleitos directamente” pede-se um parecer jurídico.-----

----- O Vogal Armando Rodrigues afirmou: Se me é permitido, gostava de dar a interpretação do PCP sobre esta matéria, a qual é coincidente exactamente com a que o Vogal Francisco Gaspar aqui referiu. -----

----- Os Estatutos que nos são apresentados foram elaborados na base da Lei N.º 45/2008, de 27 de Agosto e aquando da aprovação desta lei o PCP também votou contra na Assembleia da República. -----

----- Consideramos que esta lei, além daquilo que o Vogal Manuel Coelho já disse, está eivada de omissões, de incongruências e disposições lesivas da autonomia municipal.-----

----- Primeiro, há uma alteração de fundo que já aqui foi referida, que é, com esta lei o PS na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, se fizermos as contas na base dos eleitos em cada Assembleia Municipal, em vez de ter maioria relativa passa a ter maioria absoluta.-----

----- Em segundo lugar, não há nenhuma dúvida, só participam no colégio eleitoral que é formado em cada Assembleia Municipal os eleitos directos, os Presidentes das Juntas de Freguesia estão excluídos. -----

----- No caso concreto de Coruche, o Grupo Municipal da CDU pode apresentar uma lista, o Grupo Municipal do PS outra alista e o Grupo Municipal do PSD outra lista, desde que não exceda o número de candidatos previstos. São estes vinte e um eleitos da Assembleia Municipal de Coruche, eleitos directamente, que formam o colégio eleitoral. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara está a dizer que não? Peça-se um parecer jurídico.-----

----- Nós não vamos votar este ponto sem esta questão estar esclarecida. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar afirmou: Nós somos a favor, sem qualquer dúvida, da adesão de Coruche a esta Comunidade, daí termos pedido algumas informações após lermos a legislação, pois ficamos com a dúvida se era ou não era limitada a participação dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

----- Permitam-me que lembre termos feito uma Moção, os três partidos, nesta Assembleia Municipal, quando o PS e o PSD a nível nacional estavam a discutir a reforma eleitoral para as Autarquias, se não me engano, por unanimidade, rejeitamos que fosse cortada a intervenção aos Presidentes das Junta de Freguesia. -----

----- Há uns anos atrás, não sei se se lembram do problema daquela vírgula que mudava o sentido da frase.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara que é um homem de letras de certeza absoluta que nos pode explicar. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- O Presidente da Câmara referiu: Se fosse essa a interpretação, no Artigo 8.º também vinha lá referido.-----

----- Não acredito que a intenção seja de facto retirar a possibilidade de votar aos Presidentes das Juntas de Freguesias.-----

----- Este assunto nem sequer foi levantado por nenhum dos autarcas presentes, e se essa suspeita existisse, não acredito que isso não tivesse sido reflectido quando aprovamos os Estatutos. A grande maioria dos Presidentes das Câmaras Municipais não consideramos legítimo retirar a possibilidade de intervenção aos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

----- Admito que o texto possa levantar duvidas, devemos procurar esclarecer a situação. A Assembleia votar na convicção dessa interpretação não é correcto, é preferível não aprovar hoje o assunto e pedir um esclarecimento, do que a Assembleia ir votar na convicção de que não estamos a interpretar bem a lei.-----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: O Senhor Presidente da Câmara está a colocar a possibilidade de não votarmos hoje este ponto, é o mais sensato, primeiro, devemos clarificar.---

----- A opinião que eu aqui transmiti não é do PCP de Coruche, é da direcção do PCP, a sua interpretação é contra esta lei. Os Estatutos estão elaborados de acordo com a lei e o n.º 3 do Artigo 14.º, diz que o colégio eleitoral é formado pelos eleitos directos.-----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Vamos procurar esclarecer a situação e não votar ainda hoje os Estatutos.-----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Estou de acordo. Acho que é o mais sensato.-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal referiu: Vamos pedir um parecer jurídico sobre esta matéria, nomeadamente o n.º 3 do Artigo 14.º dos Estatutos e não iremos hoje proceder à votação do Ponto Quatro.-----

----- A Assembleia deliberou por, unanimidade, remeter à Câmara Municipal a “Proposta de Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo”, para a emissão de parecer jurídico, sobre o n.º 3 do Artigo 14.º “Natureza, Composição e Designação dos Seus Membros”.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **PONTO CINCO - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-**

Foi presente o ofício n.º 9634 de 22 de Setembro de 2008 da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Relatório da Actividade e Situação Financeira do Município, respeitante ao período de 20 de Junho a 18 de Setembro de 2008, o qual fica a fazer parte integrante da presente Acta.--

----- A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Primeiro, queria dar uma nota breve, porque parece que, há pouco, quando me ausentei, fui criticado de maneira bastante violenta pela Senhora Secretária

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

desta Mesa. Quero dizer a todos vós que só me ausentei porque tive de satisfazer uma necessidade fisiológica, não sabia que ia haver uma interrupção para intervalo. Aliás, a minha médica de família pode atestar que eu tenho a bexiga pequena e, portanto, de vez em quando, preciso de me retirar para satisfazer essa necessidade.-----

----- Passemos adiante, não vamos dar tanta importância a coisas que não têm importância nenhuma, mas que podem ser mal interpretadas.-----

----- Gostaria de destacar as seguintes acções:-----

----- Em relação aos Bombeiros Municipais a nota mais saliente é a entrega de uma nova ambulância de socorro que está prevista para o mês de Outubro.-----

----- Quanto ao Quartel dos Bombeiros estamos a concluir o projecto de arquitectura, que se aguarda até meados de Outubro.-----

----- Relativamente à Educação, queria dar uma explicação no que respeita às transferências de competências para os Municípios. Estamos a trabalhar com a Direcção Regional de Educação de Lisboa, ainda não assinamos o acordo porque há questões a esclarecer, nomeadamente rácios que têm a ver com o pessoal, que estabelece a relação entre o número de funcionários e o número de alunos. No caso concreto do Concelho de Coruche esta questão é preocupante, aponta-se para um rácio que é difícil de implementar, quando se trata de Escolas unitárias dispersas pelo Concelho, de um funcionário por 48 alunos. Por exemplo, no Biscaíno não há 48 alunos, mas é impossível não ter lá uma funcionária de apoio, quando elas até existem. Não é uma questão de “embirração”, trata-se de estudar a transferência e de a adaptar ao Concelho de Coruche.-----

----- Estão a funcionar as Actividades de Animação e Apoio à Família em quatro Jardins de Infância.-----

----- Obras de reparação nas Escolas do Rebocho e Erra.-----

----- Na Escola da Fajarda Sul, juntamos três salas para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, tendo sido adquirido um pré-fabricado e na Fajarda Norte - Vale Cavalos, temos duas salas de Jardim de Infância.-----

----- Relativamente ao Pólo da Universidade Aberta, estão praticamente concluídas as obras na antiga Casa dos Magistrados, irá começar a funcionar no princípio de Outubro.-----

----- Semana Europeia da Mobilidade.-----

----- Conclusão do projecto de repavimentação da Estrada da Lamarosa - Várzea de Água.-----

----- Conclusão do projecto do futuro Centro Escolar de Coruche.-----

----- Projecto da Rede Pluvial Couço - Lagoíços.-----

----- Projecto do Arranjo Urbanístico das Zonas Verdes do Estádio Municipal.-----

----- A ETAR de Coruche já está em pleno funcionamento, podemos dizer que não há esgotos domésticos a escorrerem para o Rio Sorraia.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

----- Quanto aos projectos das ETAR's de Santana do Mato, da Branca, de Couço, Lagoiços e Santa Justa e da Zona Industrial, alguns já estão concluídos e está a decorrer a fase de concurso e outros estão para adjudicação e em fase de projecto de execução temos a Fajarda e Lamarosa/Zebrinho. -----

----- Em relação à ETAR da Erra, inicialmente não estava contemplada, mas foi possível fazer a revisão da proposta de financiamento comunitário e vai ser integrada no sistema das Águas do Ribatejo. -----

----- Quanto à ETAR dos Foros e Coruche, estamos com um projecto muito vasto para dar cor a essa intervenção. -----

----- Instalação de ilhas ecológicas no Parque do Vale - Bairro da Areia e Rua da Erra em Coruche, em termos de futuro, é o que se pretende na recolha de resíduos sólidos urbanos, chamado lixo doméstico, depois de se fazer uma pré-triagem em casa, são enterrados, não há o problema dos cheiros e o mau aspecto dos contentores, são melhores que os tradicionais ecopontos e muito mais higiénicas e têm uma maior capacidade de recolha de resíduos sólidos. A intenção será a pouco e pouco substituir, no Centro Histórico e em zonas mais concentradas, os velhos tradicionais contentores por ilhas ecológicas. -----

----- Açude/Ponte no Rio Sorraia, o projecto encontra-se concluído, está em condições de ser posto a concurso. Será construído um açude insuflável no Rio Sorraia e uma ponte pedonal ciclovia, que irá ligar as duas margens, sensivelmente a 80 metros abaixo do actual açude, uma infra-estrutura moderna que vai permitir subir o plano de água e acrescentá-lo mais umas centenas de metros. -----

----- Relativamente ao Açude da Agolada e do Monte da Barca, realizou-se esta semana uma reunião no ICN, no sentido de proceder à sua reclassificação. Essa figura de sítios classificados desapareceu, neste momento, há outras designações oficiais. Sugeri ao ICN que fosse constituída uma equipa de trabalho que envolvesse a Câmara, o ICN e os proprietários, de modo a cumprir a lei, a qual prevê que essa mesma situação seja revista no prazo de dois anos, daí este esforço de parceria para podermos transformar os sítios classificados em paisagens protegidas de âmbito nacional ou regional. -----

----- Queria reiterar o meu louvor e agradecimento quer aos trabalhadores da Câmara, quer à Comissão de Festas, pela forma como se empenharam na realização das mesmas, parece que foi unânime que foram as melhores que se realizaram nos últimos anos. Em relação à Comissão de Festas, acho que é importante dizer que a Câmara financia cem mil euros, mas o seu orçamento ronda os duzentos mil euros, sendo significativa a capacidade de iniciativa e de recolha de fundos e ainda de obter apoios para que as Festas sejam possíveis. -----

----- Em relação à Semana da Cultura, dizer que se realizou com brilho e muita aderência e

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

onde estiveram envolvidas várias associações: Conta Cenas, Cracks do Pedal, Judo Clube de Coruche, COAC e Búzios.-----

----- Publicação do Livro “Subsídios para a História da Fundição Sineira em Portugal” que foi produzido pelo especialista que fez o estudo do sino da Igreja de São Pedro e que é efectivamente o sino mais antigo de Portugal, do reinado de D. Dinis, que vai ser apresentado numa sessão pública no Museu Municipal, no dia 4 de Outubro, integrado na Feira do Livro. -----

----- A exposição dos 25 anos de Alternativa de António Ribeiro Telles tem sido um êxito, já teve cerca de dois mil visitantes. -----

----- O Centro de Férias decorreu de 14 Julho a 8 de Agosto, com mais de trezentos participantes. -----

----- Termina este fim-de-semana o Torneio do INATEL, com a participação de quinze equipas na Taça do Concelho de Coruche. -----

----- Pavilhão Desportivo Municipal, obras de remodelação dos balneários, substituição de canalizações e pinturas. -----

----- Estamos a trabalhar na concretização de um projecto de energia solar, para colocação de painéis nas Piscinas, Estádio Municipal e Pavilhão Desportivo. -----

----- Remodelação da Rede de MT da Vila de Coruche, que vai permitir acabar com as travessias aéreas sobre o Rio Sorraia e que limitavam a actividade da pesca. Irá haver uma única travessia entre a margem esquerda e a direita, a montante da Praça de Toiros. -----

----- Protocolo com a Federação Portuguesa de Pesca para no próximo ano, em Julho, termos em Coruche o Campeonato Mundial de Pesca, na categoria de juvenis, esperanças e juniores, com cerca de duzentos atletas e a participação de vinte países. -----

----- Em relação à Estação Central de Camionagem, a obra está em fase de concurso público, sendo a abertura das propostas no próximo dia 11 de Outubro. Está garantido financiamento através do PIDDAC. Já apresentamos o projecto revisto e a convicção é que a partir do valor de adjudicação da obra seremos financiados em cerca de 90%. -----

----- Projectos de alguma dimensão a nível de arruamentos: -----

----- Coruche - Entrada Nascente (arranjo urbanístico), em fase de concurso; Entrada Norte Rotunda/Castelo (arranjo urbanístico e infra-estruturação), foram abertas as propostas esta semana; Rua Riba Falcão e Bairro da Areia, (arranjo urbanístico), em fase de concurso. -----

----- Santo Antonino - Rua Nossa Senhora do Castelo, Rua do Cemitério, Largo do Cemitério e Rua do Jardim de Infância de Santo Antonino (repavimentação), em fase de concurso; Rua de acesso às Piscinas Municipais de Coruche (pavimentação) a obra já está adjudicada. -----

----- Vale Mansos - Rua das Coimbras, Rua da Guarita e Travessa dos Castanhos (infra-estruturação), em fase de concurso; Rua do Moinho (infra-estruturação e pavimentação), a

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

obra já está adjudicada. -----

----- Couço - Rua Dr. Bombarda, Rua Dr. Júlio Maria de Sousa e Rua Luís de Camões (reparação), em fase de concurso. -----

----- Branca - Rua Central, Rua do Bairro Novo e Rua da Igreja (pavimentação e infra-estruturação) a obra já está adjudicada. -----

----- Fajarda - Travessa dos Albertos, a obra já está adjudicada. -----

----- Na área do Turismo, dizer que a CORART representou o Município na Feira Internacional de Artesanato, em Julho passado, e também irá estar presente na Feira dos Frutos Secos, em Torres Novas, em Outubro;-----

----- 20<sup>as</sup> Jornadas de Gastronomia de 3 a 5 de Outubro, com a participação de dez restaurantes.-----

----- Passeio dos Reformados de 26 de Agosto a 1 de Outubro;-----

----- Apresentamos duas candidaturas a Fundos Comunitários, que estão fora da contratualização, no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo: “Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos - PROVERE”, que numa 1<sup>a</sup> fase não teve aprovação, pelo que haverá uma reunião para a semana na CCDR do Alentejo, para eventualmente reformularmos a candidatura durante o mês de Novembro; “Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana”, entregamos a semana passada a candidatura para os seguintes projectos: Concluir o Arranjo da Zona Ribeirinha, Centro Histórico da Vila de Coruche, Ponte Pedonal sobre o Açude e Mercado Municipal.-----

----- Realização da Feira do Barato e das Oportunidades no princípio de Setembro.-----

----- Relativamente à Situação Financeira do Município, os valores são idênticos aos apresentados em Junho. A capacidade de endividamento utilizada é cerca de 34%.-----

----- A Presidente da Assembleia deu a palavra aos Vogais.-----

----- O Vogal Armando Rodrigues referiu: Queria registar com agrado o facto de nos ter sido fornecida a listagem dos processos judiciais pendentes, que na última Sessão referi que deveria acompanhar o Relatório da Actividade, ainda com duas lacunas ou pelo menos omissões, pois, não consta da mesma, os processos judiciais que foram anunciados; da Estação Central de Camionagem e do Observatório do Sobreiro e da Cortiça. Recordo que foi deliberado contratar um gabinete de advogados, por uns milhares de euros, para interpor uma acção judicial, a fim de ressarcir o Município de Coruche dos respectivos prejuízos. Presumo que tenha sido lapso, pelo que, na próxima reunião, deverá vir esta informação.-----

----- Acho estranho que o Senhor Presidente da Câmara não tenha falado sobre o Plano de Urbanização da Agolada de Cima, que na Câmara já foi objecto de aprovação de uma minuta de contrato e dos termos de referência. Um projecto desta dimensão, cerca de mil hectares, numa

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

área que tem um terço de montado de sobro e azinho, vai ter um impacto grande no nosso Concelho. Acho que esta Assembleia Municipal deveria ter uma informação detalhada para percebermos o que está em curso e não ser como aconteceu na Câmara, o processo foi distribuído aos Vereadores da CDU com menos de 24 horas e creio que a maioria de nós não temos competência técnica e jurídica para avaliar projectos desta dimensão. Os termos de referência são excessivamente genéricos e a minuta de contrato tem aqui coisas que devemos estar atentos. Sugeria, é o mínimo que se pode pedir sobre um projecto desta envergadura, que o Senhor Presidente da Câmara traga numa próxima Assembleia informação detalhada do que está em causa. -----

----- Não basta dizer que precisamos de investimento e que o Concelho precisa de se desenvolver. Há exemplos bem perto de nós, campos de golfe e hotéis de luxo e, por outro lado, a questão do aeroporto não pode levar a que não tenhamos alguma prudência. Temos de acautelar os interesses do Município e saber que tipo de desenvolvimento é que está em causa, porque nem todo o tipo de desenvolvimento nos interessa. Temos é que perceber o que está em causa.-----

----- Creio, por estes documentos, que é uma coisa muito volumosa e o que eu temo é que quando formos aqui discutir o assunto, já estejam muitas coisas consumadas e até deliberadas e juridicamente legitimadas. Mas o bom senso, como aqui há pouco se disse, num projecto desta dimensão, impõe uma discussão mais global e mais alargada nesta Assembleia.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar referiu: No Relatório há uma referência à remodelação do edifício dos Paços do Concelho, como sabemos está no Centro Histórico e a nossa questão prende-se se a Câmara já consultou o IPAR e se esta obra está a ser acompanhada por alguma entidade que garanta a traça original. -----

----- Em relação ao Quartel dos Bombeiros gostaria novamente de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se já está definido o local onde vai ser construído, pois, segundo o Relatório, “foi adjudicado à firma Espaço Regular Unipessoal, Lda, pelo que agora se vai desenvolver o projecto de arquitectura”. -----

----- Relativamente ao Plano de Pormenor das antigas instalações da Coopsor, esta área tem constrangimento por o PDM a ter incluído na RAN e a nossa questão prende-se com o facto de poderem existir outras áreas nessas condições e se já está a ser desenvolvido um processo idêntico para a sua solução. -----

----- Em relação à Revisão do PDM, por aquilo que nos é dado a entender no Relatório, já está prestes a ser finalizado o projecto. A nossa questão é de saber se o Senhor Presidente da Câmara já tem um prazo e quando está disponível para apreciação.-----

----- Em relação à Rede de Esgotos é referido no Relatório “A ETAR está pronta para entrar em funcionamento.” No entanto, segundo a Comunicação Social a ETAR foi inaugurada no dia 19 de Setembro, como o Relatório é só até dia 18 de Setembro, penso que há aqui um desfasa-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

mento. Vai haver uma nova inauguração ou esta foi a inauguração oficial?-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Não foi feita inauguração nenhuma, foi um acto simbólico, ligar a última conduta de esgoto ao emissário. É a interpretação jornalista, dê-lhe a importância que quiser. A ETAR já está a funcionar, isso é que é muito importante. -----

----- A discussão pública do PDM ainda não está prevista. -----

----- Em relação à Coopsor o problema é o mesmo da Mundiarroz, qualquer destes processos está a ser tratado junto da RAN, para a sua desafecção. A Coopsor é um processo próprio que tem a ver com um plano de pormenor para aquela zona e no caso da Mundiarroz vamos incluí-la na nova área industrial. -----

----- Relativamente ao Quartel dos Bombeiros o que estamos a fazer é a execução do projecto de arquitectura, não é de especialidades, num terreno com 7.500 m<sup>2</sup> de área, que é suficiente para a sua implantação. -----

----- O IPAR não tem a ver com a recuperação do edifício dos Paços do Concelho. Neste momento, estamos a concluir o projecto de arquitectura. -----

----- Relativamente a todas as preocupações teóricas do Vogal Armando Rodrigues, não sou desconfiado em relação aos projectos, mas comungo dessas mesmas preocupações, também acho que o desenvolvimento não se faz a todo o custo e que o desenvolvimento turístico não tem que passar necessariamente por campos de golfe, mas também pode passar. -----

----- Quanto à defesa dos interesses do Município de Coruche, estou muito preocupado com isso e também neste caso concreto, agora não sou desconfiado em relação a multinacionais, investidores privados e a herdades com mil hectares. Devo dizer que, para além deste projecto da Agolada, há outros, nomeadamente nos Fidalgos e outra área da Agolada, já apresentaram propostas na Câmara, que fará todo o acompanhamento destes projectos no sentido de eles cumprirem a lei e servirem também os interesses e a economia do Concelho. -----

----- Quanto aos processos judiciais, não se trata de lacunas, a Estação Central de Camionagem e o Observatório do Sobreiro e da Cortiça, o assunto está entregue aos advogados, mas não há ainda processos judiciais, por isso é que não estão aí elencados. Em relação a estes projectos, sempre dissemos que faríamos o desenvolvimento dessa acção assim que achássemos oportuno e mais adequado.-----

----- O Vogal Manuel Coelho referiu: Em relação à E.N.251 foi do conhecimento geral que a obra era para iniciar em Abril/Maio, com um prazo de execução de 120 dias, estaria neste momento a terminar, mas o que é um facto é que ainda nem sequer começou. O Senhor Presidente da Câmara tem alguma informação em relação a esta obra?-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Dados concretos não tenho, a última informação da parte da Direcção de Estradas é que faltava só rubricar o contrato. Apenas sei que há cabimentação

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 7  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

para a obra. -----

----- O Vogal Manuel Coelho salientou: Penso que ainda é mais incompreensível. Se está tudo feito porque é que a obra não avança? Vai-se passar mais um Inverno nestas condições? -----

----- O Vogal Jacinto Barbosa referiu: Esta semana tentei falar com o Director de Estradas, mas não tem estado disponível. Não há qualquer resposta. Prometeram que em Abril/Maio a obra se iniciava no terreno, mas estamos a chegar ao final do ano e continua essa preocupação. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- A Presidente da Assembleia perguntou ao público presente se alguém pretendia usar da palavra. -----

----- Da parte do público ninguém manifestou interesse em usar da palavra. -----

----- **ENCERRAMENTO:-** E nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão, à uma hora e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e sete do corrente, da qual para constar, se lavrou a presente Acta, que eu, Célia Maria Azevedo Reis, Primeira Secretária, subscrevo: -----

A Primeira Secretária

---

A Presidente da Assembleia Municipal

---